

24/05/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Unidos pela educação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Área de humanas é essencial na era das pesquisas convergentes, segundo diretora de agência de fomento dos EUA](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Manifestações, sim, mas com bom senso](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Pegos na mentira](#)

[Joana D'Arc, a pesquisadora química](#)

[Com bloqueios, nova reitora da UFRJ prevê cortes em serviços](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ouvindo o outro lado](#)

[Presidencialismo esvaziado](#)

[Receita reflete economia fraca](#)

PRONTO, FALEI!

[Bolsonaro diz que atos não são para atacar Congresso](#)

O GLOBO - RJ

[Protesto em Cannes critica cortes na educação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Afyra, do setor educacional, busca em IPO até US\\$ 400 mi](#)

[Aposentadorias especiais são a maioria nos Estados](#)

Revistas

VEJA - SP

[Eles estão com medo](#)

[Para fazer andar o paquiderme](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DO PODER

[Pesquisa do Ceará é destaque de uma das mais importantes publicações na área de materiais carbonosos do mundo](#)

UFPEL

[Pesquisador do Mast palestra no Museu do Doce](#)

BRAZIL MODAL

[ANTT desburocratiza registro de transportadores de carga](#)

FAPERJ PESQUISA RIO

[Com audiência pública da Comissão de C&T, Alerj debate 'desafios e perspectivas' da FAPERJ](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Reitora da UnB promove conversa sobre cortes no orçamento da universidade](#)

GUIA DO ESTUDANTE

[Crises do MEC este ano levantam a pergunta - vai ter Enem em 2019?](#)

JOVEM SUL

[Cidade recebeu visita do Projeto Zibra](#)

MASSA NEWS - PR

[Estudo observa ação de causador da antracnose da soja](#)

G1

CLIPPING



[As brasileiras premiadas na maior feira escolar de ciências do mundo](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

[Inscrições para pós-doc em Física vão até 31 de maio](#)

[Livro do Projeto Sorrir com Saúde é lançado em Maringá](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub condiciona desbloqueio de verba no MEC a fundo da Lava Jato](#)

[Eduardo Bolsonaro recua sobre Revalida, mas defende mais vagas em medicina](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Pesquisa da UEL para substituir plástico tem status de pioneira](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Todas as descobertas na medicina passaram por pesquisas](#)

[Pesquisas no Hospital de Clínicas serão afetadas por bloqueio do MEC](#)

[Alemanha quer atrair pesquisadores brasileiros \(não precisa saber alemão\)](#)

O LIBERAL - PA

[Professora corre risco](#)

ZERO HORA - RS

[Ministro defende mensalidade na pós-graduação](#)

[Governo libera verba para MEC](#)

Agências de notícias e sites

AGROLINK

[Estudo observa ação de causador da antracnose da soja](#)

ALI

[Pesquisa estuda formas de controlar e tratar crises epiléticas](#)

BLOG DO ANCELMO GOIS

[CAPES aprova primeiro mestrado em saúde voltada para negros e índios](#)

FOLHA DIRIGIDA

[Revalidação e reconhecimento de diplomas do exterior](#)

INOVAÇÃO.UNICAMP

[Num colírio, a esperança](#)

OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO

[Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia lançam canal no Youtube](#)

O LIBERAL - PA

[Mesmo após voo cancelado, professora consegue remarcar visto e irá ao Canadá](#)

PORTAL TV CARIRI

[Setores se unem para implantar Centro de Desenvolvimento Regional](#)

UNICAMP

[No colírio, a esperança para os portadores de retinopatia diabética](#)

PORTAL VEJA

[Tabata Amaral \(PDT-SP\) diz que vai processar Weintraub por danos morais](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Unidos pela educação

Uma das maiores virtudes de qualquer político é ter sensibilidade. É preciso estar atento às urgências que emanam das ruas, escutar e enxergar as necessidades do povo, estar próximo da sua realidade. E, por tabela, saber catalisar os anseios da sociedade, defendendo seus direitos e garantias. Essa tarefa se apresenta mais eficaz quando feita em conjunto. Uma coletividade construindo pontes, não muros.

Construir pontes não significa esquecer os próprios ideais, mas saber dialogar com quem pensa diferente em relação ao que está em jogo, as políticas de Estado. E agora, na Câmara, estamos vivendo momento de sintonia com a população em prol da educação. Antes mesmo das passeatas do dia 15 contra os cortes do MEC, instalamos uma comissão externa parlamentar para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos desse ministério. A deputada Tabata Amaral deu a partida e montamos um time jovem para tocar o grupo, que é suprapartidário e representa a renovação de fato. Tive a alegria de ser escolhido vice-coordenador e, ao lado dela e do deputado Felipe Rigoni, coordenamos a comissão.

O colegiado atuará em duas vias: primeiro, com a análise do planejamento estratégico do MEC, assim como de suas secretarias e demais órgãos, examinando a execução dos programas e, nos casos negativos, se foram substituídos por novas ações. Concomitantemente, serão verificados os pontos críticos detectados até então, como o bloqueio linear de 30% dos recursos discricionários de todas as universidades federais e os problemas com o Saeb e o Enem — neste último caso, de responsabilidade do Inep, instituto que teve mais um dos seus presidentes afastado na semana passada.

De saída, o nosso maior desejo é pavimentar um caminho institucional para canalizar o sentimento da população em defesa do ensino brasileiro. E o jogo está claro, não é mera oposição ao governo, muito menos colocar o Congresso contra o Poder Executivo. Já a vitória, simples: garantir a educação pelo povo. E essa conquista, claro, passa pelo aumento nos investimentos em instituições públicas, do ensino básico ao superior. Segundo a **Capes**, mais de 95% da produção científica do Brasil é feita nas universidades públicas. E das nossas 20 universidades líderes em produção científica, 15 são federais e cinco estaduais. E, mesmo assim, faltam recursos.

Conforme ranking da OCDE de 2015, não estamos sequer entre os 10 principais países investidores em estudantes universitários. Logo, reitero, falta investimento. O desafio de investir na educação básica não é justificativa para descuidar do ensino superior. E aproveito para lembrar que, infelizmente, o corte na educação básica também é uma realidade: foram R\$ 2,4 bilhões bloqueados.

Em tempo, registro a minha experiência universitária. Vivi na prática o ambiente acadêmico. Fui estudante de engenharia civil da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), tive a minha participação em pesquisa, sendo aluno do Programa de Iniciação Científica (mais conhecido como o Pibic, do CNPq), e vi na universidade um ambiente de inclusão, em que os mais esforçados e talvez os melhores alunos sejam oriundos da escola pública. Nesse último aspecto, segundo recente pesquisa da Andifes, associação que reúne reitores das universidades federais, a maioria dos seus alunos tem renda baixa (70,2%). Uma transformação social a partir das bancas escolares, como em todos os demais exemplos de países desenvolvidos.

Enfim, essa é a verdade incontornável: a universidade é sinônimo de inclusão, produção científica e desenvolvimento. Contingenciamento na educação é andar para trás. E, com a presente comissão, seremos apenas um caminho institucional para, com muita humildade, representar uma solução que, impreterivelmente, passe pelo povo. Os cortes e desmandos do governo federal não são alvo de enfrentamento por uma oposição

composta apenas por parlamentares, são motivo de luta e resistência por parte de toda a nação. Unidos, somos fortes e cresceremos juntos.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EU&

Área de humanas é essencial na era das pesquisas convergentes, segundo diretora de agência de fomento dos EUA

Nas últimas semanas, o sistema brasileiro de pesquisas científicas sofreu forte abalo com o anúncio do contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões do Ministério da Educação e R\$ 2,1 bilhões do Ministério da Ciência e Tecnologia, além do bloqueio de cerca de 30% das dotações orçamentárias das universidades e institutos federais e o congelamento de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado da **Capes**. Nos EUA, o governo Trump também enviou ao Congresso, em março, solicitação de orçamento para o ano fiscal de 2020 com corte nas agências federais de custeio de pesquisas científicas, incluindo 12% no orçamento da National Science Foundation (NSF). Se for aprovado, a agência que sustenta 25% de toda a ciência básica (incluindo matemática, física e ciências humanas) e pesquisas em engenharia nos EUA, englobando supercomputadores e aceleradores de partículas, perde US\$ 1 bilhão de seu orçamento atual de US\$ 8,1 bilhões em 2020.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/cultura/6272515/area-de-humanas-e-essencial-na-era-das-pesquisas-convergentes-segundo-diretora-de-agencia-de-fomento>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Manifestações, sim, mas com bom senso

Em mais um café da manhã com jornalistas, o presidente da República afirma que protestos marcados para domingo não devem ser contra o Congresso e o Judiciário. Também deixou claro que não tem planos de privatizar o Banco do Brasil e a Caixa

Um bem-humorado Jair Bolsonaro entra sorrindo, pontualmente às 9h, para o seu quinto café da manhã com jornalistas desde que assumiu o mandato, no terceiro andar do Planalto, na sala de reuniões do terceiro andar. São 17 profissionais, coincidentemente, o número de seu partido. Cumprimenta um a um de forma afetuosa. À mesa, quando vão começar as perguntas, com cada um chamado pelo porta-voz, Rêgo Barros, o semblante não esconde a tensão. O presidente esfrega as mãos, o rosto. Tem a exata noção dos problemas que enfrenta, seja na economia, seja na relação com o Congresso, fruto da “mudança de paradigma” que pretende implantar no país.

As soluções, porém, ainda estão em construção. Acha que vai aparecer “muita gente” na manifestação do próximo dia 26 em seu apoio. Àqueles que pretendem comparecer aos atos interessados em protestar contra o Supremo Tribunal Federal, o presidente adverte: “Quem estiver com essa pauta, estará na manifestação errada. Não fará bem ao Brasil”, fazendo uma comparação com o regime de Nicolás Maduro na Venezuela: “(Um pedido desses) Está mais para Maduro do que para Jair Bolsonaro. Quem fala em fechar o STF não está alinhado com a minha política”, ressaltou. “Espero não ter nenhum infiltrado de camisa verde e amarela, com faixa pedindo para fechar o Supremo”.

Todos os ministros da “Casa” (Onyx Lorenzoni, da Casa Civil; general Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional; Santos Cruz, da Secretaria de Governo; e Floriano Peixoto, secretário Geral da Presidência) acompanham a conversa, que passou um pouco das 10h por causa da foto, e, na sequência, mais algumas perguntas, antes de o

presidente se dirigir ao próximo compromisso — o ministro Paulo Guedes e a direção da Fiat, que chega com anúncio de novos investimentos no Brasil. Em meio a tantos problemas, uma boa notícia. A seguir, os principais temas tratados no café.

Privatizações

Vem aí um programa de privatizações forte e em várias etapas. Citou que, para os Correios, por exemplo, já há sinal verde. O secretário que comanda a área de privatizações no Ministério da Economia, Salim Mattar, está trabalhando ainda na área de refino da Petrobras, setor que o presidente espera que ajude a reduzir o preço do gás. Mas há duas instituições que ele, pessoalmente, não pretende incluir nessa programação: Caixa Econômica e Banco do Brasil. “Não pretendo mexer”, disse. E previu: “Vai ter uma grita aí”. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, o ministro Paulo Guedes havia mencionado a perspectiva de privatização do Banco do Brasil.

Coaf e MP 870

Em termos de organização de governo, o presidente tem esperanças em ver a Medida Provisória 870, que organizou o governo, aprovada até a semana que vem nas duas Casas e minimizou o fato de a Câmara ter devolvido o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Ministério da Economia. “Foi 1 x 1 o jogo ontem, né? Faz parte. O Parlamento tem legitimidade para mudar”, disse ele, ressaltando a independência do Congresso. “Não temos base fixa. De acordo com o entendimento, votam de uma forma ou de outra. O Parlamento é um poder independente, conforme está na Constituição”, disse ele.

Relação com o Congresso

Perguntado sobre a frase de segunda-feira, em que disse que o problema do país é a classe política, o presidente se coloca “no bolo”. “Estamos, nós, políticos, no poder desde que saiu o (presidente João Batista) Figueiredo. Um deputado não aguenta ouvir isso daí? Está chateado? Eu me incluo no bolo. Somos todos políticos, eu sou, o Onyx é, o general Heleno é”, aponta. “Meus 28 anos de Parlamento deram uma ideia do que enfrentaria nessa relação. Estamos mudando um paradigma”, disse, citando como exemplo o corte de um patrocínio de R\$ 800 milhões da Petrobras a uma empresa de Fórmula 1. “Quando mexe, bota gente poderosa contra. Não sou o dono da verdade, mas procurarei mudar o Brasil. Então, o tiro vem. Poderia estar reeleito deputado federal, poderia estar no Senado ou aposentado. Mas estou feliz, tive a oportunidade de escolher os meus ministros. Agora, às vezes, é um parto sem respiração. Eu tenho engolido sapos até pela fosseta lacrimal”.

Líderes do governo

“O Major Vitor Hugo (líder na Câmara, que brigou com Rodrigo Maia) continua. A charge que ele colocou (da presidente Dilma entrando no Congresso com um saco de dinheiro) foi no sentido de que devemos combater isso. Ele é deputado federal. Não seria maluco de falar isso (que no Congresso se negocia com saco de dinheiro). Falam mal da Joice também. Dizem que ela tratora. Não vou trocar nenhum líder”.

Bagagens

A Lei de Conversão à MP 863 aprovada pelo Congresso incluiu a gratuidade de uma bagagem de 23kg em voos domésticos. As empresas pressionam pelo veto desse dispositivo. “Meu coração manda não vetar. Se eu decidir de um lado ou de outro, eu

levo paulada. Vou ver o custo/benefício. E vai ser aos 48 (minutos) do segundo tempo”, comparou Bolsonaro. Ele lembrou que a cobrança das bagagens veio para baixar o preço das passagens, mas não baixou.

Armas

O presidente disse que fez as modificações para evitar “perder” o texto. No entanto, deixou claro que não concorda com todas as modificações feitas. Citou especificamente a restrição de menores de 14 anos para a prática de tiro esportivo, medida adotada na nova versão. “Meus filhos atiraram desde muito cedo. Não vejo nada de mal em um garoto de 8, 9, 10 anos, obviamente com uma pessoa responsável do lado, atirar. É ensinar que arma é perigosa”, afirmou, acrescentado que “se vê criança com fuzil no Rio de Janeiro”, numa clara referência aos menores cooptados pelo crime organizado. O presidente mencionou ainda que é a favor da liberação (das armas) e que considera a arma de fogo uma forma de dissuadir, por exemplo, uma possível invasão a domicílio.

Universidades

A proposta do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de cobrar mensalidades de alunos de pós-graduação das universidades públicas, em princípio, não conta com o aval do presidente da República: “Particularmente, sou contra. Quem tem dinheiro vai estudar em outros países”, afirmou. Na graduação, diz Bolsonaro, se houver cobrança, haverá uma fuga. “Quem ganha R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, não poderá pagar. Mesmo quem ganha R\$ 20 mil, porque, geralmente, paga um condomínio caro, plano de saúde”.

Economia

O governo estuda um projeto que “arrecadará mais” e com o qual até a oposição concordaria. Perguntado sobre a proposta, ele deu apenas uma dica: usou a expressão “atualização patrimonial”. “Não posso entrar em detalhes. É um anteprojeto ligado à Previdência, de atualização patrimonial. Dará um aporte de caixa semelhante, mas não é substituto da Previdência”.

Reformas e empregos

Bolsonaro disse ainda acreditar que o mercado de trabalho será reaquecido com a reforma da Previdência, mas evitou citar números sobre quantos empregos pode criar. E lembrou da reforma trabalhista: “Se não tivéssemos feito, estaria pior”. “O salário é pouco para quem recebe e muito para quem paga”, afirmou o presidente. Ele disse ainda que o governo apostará na reforma tributária e prepara um projeto para ser apensado ao que tramita hoje na Casa e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara ontem. “Sabemos que a reforma 100% legal (no sentido de ideal) não passa. Vamos fazer, então, uma boa reforma”, disse o presidente. “É preciso tirar o Estado de cima de quem produz”.

Carteira de motorista

“Vou conversar com o Rodrigo Maia sobre o Código Nacional de Trânsito”, diz o presidente, interessado em aumentar de 20 para 40 o número de pontos de multas que resulta em suspensão da carteira. “Para o motorista de caminhão, a carteira de motorista é quase como a sua carteira de trabalho”.

Protesto antes de visita ao Nordeste

Jair Bolsonaro embarca hoje em sua primeira viagem oficial como presidente da República para o Nordeste. Na agenda, compromissos pela manhã e pela tarde divulgam

boas notícias em Pernambuco, como o anúncio de verbas destinadas a obras de infraestrutura. No entanto, a visita do presidente ao Nordeste também deve ser marcada por tensões e manifestações contrárias. A primeira delas aconteceu ontem mesmo, antes da visita de Bolsonaro. Um projeto de decreto legislativo que concederia o título de cidadão petrolinense a Bolsonaro foi retirado da pauta da Câmara de Vereadores de Petrolina, um dos destinos do presidente, após a repercussão negativa.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Pegos na mentira

Autoengrandecimento curricular não está restrito a políticos

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, mentiu no currículo. Disse que passou um período na Universidade Harvard, mas isso nunca passou de um plano jamais realizado. Witzel não está só. Da leva de políticos que ascendeu em tempos bolsonarianos, os ministros Damares Alves e Ricardo Salles também já foram apanhados turbinando o CV.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/helioschwartzman/2019/05/pegos-na-mentira.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Joana D'Arc, a pesquisadora química

Trabalho deve despertar orgulho, não execração

Nos últimos dias vimos eclodir o caso do pós-doutorado da professora e doutora Joana D'Arc Félix de Sousa. Para quem não está a par do assunto, Joana D'Arc é uma brasileira, negra, de família humilde de Franca (a 400 km de São Paulo), e que com muito esforço se formou em química na Unicamp. Depois, fez mestrado e doutorado na mesma universidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/05/joana-darc-a-pesquisadora-quimica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Com bloqueios, nova reitora da UFRJ prevê cortes em serviços

Médica vai se tornar a primeira reitora mulher da instituição em quase cem anos

Rio de Janeiro

Prestes a se tornar a primeira reitora mulher da UFRJ em quase cem anos, a médica Denise Pires Carvalho, 54, promete gerir a universidade com diálogo e, ao mesmo tempo, pragmatismo. "Mas vou ter que fazer terapia para não me frustrar, porque na gestão pública as coisas demoram", brinca ela.

O primeiro motivo de frustração pode estar perto. Eleita em abril pela comunidade acadêmica, Denise já estuda cortes nos serviços de limpeza e segurança para contornar os bloqueios de até 41% no orçamento de manutenção feitos pelo Ministério da Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/com-bloqueios-nova-reitora-da-ufrij-preve-cortes-em-servicos.shtml>

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Ouvindo o outro lado

Nas ruas, professores, pais e alunos levantam suas vozes em defesa da educação. Espero que esses gritos ecoem, porque só ela transforma de verdade.

Pense num país tomado pela corrupção, com parte da população vivendo em favelas, baixos índices de desenvolvimento humano e de educação, sem compromisso com a sustentabilidade, refém da violência urbana e do subdesenvolvido. Errou quem pensou no Brasil. Estamos falando da Coreia do Sul.

Na década de 1980, porém, enquanto por aqui o Chacrinha balançava a pança e animava as massas, do outro lado do planeta começava uma verdadeira revolução silenciosa. Em menos de 40 anos a Coreia do Sul transformou-se numa democracia pujante e num país desenvolvido. Erradicou a pobreza, reduziu os abismos de desigualdades, criou oportunidades, virou sinônimo de inovação e vanguarda tecnológica, reconstruiu seu patrimônio histórico, galgou o topo das listas de desenvolvimento humano, ganhou voz na geopolítica global e, de quebra, fez jovens de todo o planeta se encantarem com a sua música, o K-pop. Como? Simples... Fazendo da educação prioridade de Estado.

Por total obra do destino, eu estava em Seul exatamente na semana em que o Brasil saiu às ruas para protestar contra os cortes dos investimentos em educação. Inspirado pela curiosidade, e no contexto da caminhada a que me propus, em que aprender é mais importante do que ter certezas, resolvi mergulhar no sistema público de ensino sul-coreano, visitar escolas, conversar com alunos, ouvir professores e dialogar com autoridades. Foi inspirador.

No Brasil, quando o tema são políticas públicas, para qualquer direção que olharmos existem demandas e necessidades de enorme complexidade. Na educação, porém, não precisamos reinventar a roda.

Além de já termos avançado de forma relevante nessa área, temos bons exemplos de políticas regionais que colheram expressivos resultados. Como o da cidade de Sobral (CE), as escolas em tempo integral de Pernambuco ou o salto qualitativo do Espírito Santo. A sociedade civil brasileira já produziu material suficiente e de qualidade para alicerçar o desenvolvimento de políticas educacionais viáveis

e de alto impacto. Se no Brasil também queremos mirar a redução das desigualdades, a eliminação da pobreza extrema, endereçar soluções urbanas, transformar investimento em produtividade e criar oportunidades, a educação tem de ser a prioridade número um, o centro das atenções.

Há 40 anos o PIB per capita da Coreia do Sul era menor que o do Brasil. Hoje é três vezes maior. Por lá, de um lado, ser professor é ser “sagrado”, admirado e respeitado. O Estado capacita, recicla, mas também avalia. E investe num corpo docente jovem. Apenas 23,5% do total tem mais de 50 anos e boa parte do meio milhão de professores da rede pública foi recrutada entre os 20% melhores alunos do ensino médio. Bons alunos viram bons professores.

De outro, ser aluno é um direito que pode e deve ser exercido. Absorver os ensinamentos disponíveis é sinônimo de direito de escolha e mobilidade social. Estar sentando na sala de aula não significa necessariamente estar aprendendo. Assim como o Brasil vem discutindo a implementação da sua base curricular comum, por lá eles entenderam que a receita implementada na década de 80 já não respondia a todas as demandas contemporâneas.

O século 21 trouxe novos desafios, menos programáticos e mais existenciais. E a Coreia do Sul ensaia mais um salto qualitativo, um novo sistema de ensino conectado a essas novas demandas. Considerando o histórico patriarcal das sociedades orientais, a disciplina familiar rígida e a excessiva competitividade natural do povo coreano, derrubar as barreiras igualando homens e mulheres no sistema educacional, abrindo diálogo entre professor e aluno e dissociando esforço de exagero, esses são sinais claros da evolução da sociedade.

É fato que o país lida com altos índices de suicídio entre os jovens. Mas é importante refletir sobre esse dado. Realmente, o sucesso acadêmico virou obsessão familiar, o que transformou o dia a dia do estudante sul-coreano numa maratona sem fim, com a inacreditável média de mais de 15 horas diárias dedicadas aos estudos. E como, evidentemente, nem todos conseguem um lugar no alto do pódio, o grau de frustração é enorme.

Ao mesmo tempo, entender que o índice de suicídios na Coreia seja um dado exorbitante depende da referência. Como praticamente não existe violência no país, o atentado à própria vida acabou encabeçando a lista dos problemas nacionais. Para ter uma ideia, enquanto o Brasil lida com o estarrecedor número anual de 63 mil mortes violentas, a Coreia do Sul teve menos de 10 mortes de civis por arma de fogo no último ano.

Nas últimas décadas as políticas públicas educacionais sulcoreanas conviveram com líderes autoritários, eleições democráticas, governos de direita e esquerda, escândalos de corrupção e mandatários encarcerados, mas jamais foram postas em xeque. Interessante registrar que desde 2007 os secretários de Educação são escolhidos pela população em eleições diretas.

Retornei ao Brasil poucos dias atrás. Quase 30 horas de voo separam Songdo, minha última parada na Coreia do Sul, do Rio de Janeiro, onde moro. Enquanto por lá toda a água da cidade é reciclada, o lixo doméstico de 130 mil moradores viaja por dutos de sucção até usinas de reciclagem e retorna em forma de energia, o índice de violência é zero e para cada grupo de 10 mil habitantes existe uma escola pública, por aqui não consigo sequer chegar em casa. As vias que ligam a zona sul à zona oeste estão obstruídas, professores morrem abatidos a tiros a caminho do trabalho, mães desesperam-se diante da própria impotência e nem os voos para a outrora Cidade Maravilhosa aterrissam mais por aqui.

Nas ruas, professores, pais e alunos levantam suas vozes em defesa da educação. Sinceramente, espero que esses gritos ecoem, porque só ela transforma de verdade.

Não é rápido, não é simples, não é fácil.

Mas é o único caminho.

Em menos de 40 anos a Coreia do Sul tornou-se um país desenvolvido investindo em educação

EMPRESÁRIO E APRESENTADOR DE TV

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Presidencialismo esvaziado

Numa situação estranha, o Congresso já atua há algum tempo como se vigorasse no Brasil algo assemelhado a um “parlamentarismo branco”.

Quando um presidente da República fala, costuma-se prestar atenção. Afinal, é de sua autoridade política e institucional que emanam decisões de impacto em todo o país, nos diferentes setores da sociedade. No caso do presidente Jair Bolsonaro, contudo, suas falas desencontradas e seus discursos desconexos têm tornado incompreensíveis suas intenções e seus planos, mesmo para aqueles que estão em seu entorno e cujo trabalho é auxiliá-lo. Bolsonaro começa a se tornar um presidente cuja palavra não é levada em conta, já que não é possível ter certeza se ele mesmo sabe do que está falando. O resultado disso, aliado ao fato de que Bolsonaro negligenciou a formação de uma base parlamentar sólida, é que o Congresso já está atuando há algum tempo como se vigorasse no Brasil algo assemelhado a um sistema parlamentarista, isto é, como se o presidente não existisse ou fosse figura meramente decorativa, cabendo aos congressistas elaborar e aprovar a agenda nacional.

Nessa espécie de “parlamentarismo branco”, as lideranças da Câmara, por exemplo, articulam-se para conceber uma proposta de reforma da Previdência própria, diferente da que foi encaminhada pelo governo. Além disso, começou a tramitar uma proposta de reforma tributária igualmente patrocinada pelos deputados, sem participação do governo. No Senado, uma reunião de líderes de bancadas na quarta-feira passada concluiu que o governo está sem rumo e que é necessário construir uma agenda própria, especialmente em relação a temas econômicos.

É evidente que uma situação como essa é estranha, pois o sistema brasileiro é presidencialista e o País não pode depender exclusivamente dos humores de alguns líderes do Congresso que, por ora, são a favor das reformas.

Bolsonaro fez muito bem em romper com a lógica do chamado “presidencialismo de coalizão”, em que o governo era loteado entre os partidos aliados, mas o presidente parece entender que é uma espécie de monarca, cujas determinações, embaladas pela suposta vontade do “povo”, devem se impor por si mesmas, sem necessidade de qualquer diálogo com o Congresso – ignorando que este, afinal, foi tão legitimado nas urnas quanto ele.

O problema, como já dito, é entender o que quer o presidente. Raros são os projetos e decretos do governo que não precisam ser refeitos, em razão dos muitos erros, omissões ou ilegalidades, tudo fruto de amorismo e açodamento. Além disso, Bolsonaro troca de assessores como muda de camisa – em apenas cinco meses de governo, ele já demitiu um ministro da Secretaria-Geral da Presidência, um ministro da Educação, dois

presidentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e dois presidentes da Embratur (o último com apenas três dias no cargo), entre outros tantos exonerados. A desorientação e o voluntarismo destrambelhado têm sido a marca da gestão de Bolsonaro.

Na quarta-feira, em encontro com a bancada de parlamentares do Nordeste, o presidente anunciou que o governo vai enviar em breve ao Congresso um misterioso projeto que, segundo ele, vai resultar em ganhos maiores que o R\$ 1 trilhão previsto pelo Ministério da Economia com a reforma da Previdência. “Não quero adiantar aqui”, disse Bolsonaro a respeito dos detalhes do tal plano milagroso, mas garantiu: “Ninguém vai reclamar desse projeto. Com toda a certeza, será aprovado por unanimidade nas duas Casas, se Deus quiser”.

Questionada a propósito de tão alvissareira informação, a Secretaria de Comunicação do governo informou que estão em estudo “novos projetos para o País”, mas tudo ainda em caráter “embrionário”. Já o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que discutiu com o presidente sobre “um projeto que chegou aí” e cuja autoria ele desconhece.

Ou seja, Bolsonaro novamente fez promessas grandiosas sem ter a mais remota ideia de como cumpri-las. De quebra, deu a entender que a reforma da Previdência não seria tão urgente ou mesmo necessária, já que haveria outras maneiras de obter a mesma economia. É esse alheamento gritante da realidade que faz com que o presidente seja levado cada vez menos em consideração nas articulações do Congresso. Isso pode não ser parlamentarismo ainda – mas presidencialismo é que não é.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Receita reflete economia fraca

Equipe econômica terá de batalhar para manter o déficit primário previsto para o ano.

Os cofres da União receberam no mês passado R\$ 139,03 bilhões de impostos e contribuições, a maior arrecadação para um mês de abril em cinco anos, mas o governo tem fortes motivos para continuar preocupado. Com produção baixa, consumo contido e desemprego muito alto, a equipe econômica terá de batalhar duramente para manter no limite de R\$ 139 bilhões o déficit primário deste ano. O resultado primário é calculado sem os juros. A receita de abril foi 1,28% maior que a de um ano antes, descontada a inflação, mas ficou abaixo da registrada em igual mês de 2014, R\$ 140,50 bilhões a preços atualizados.

A lenta recuperação econômica é a principal explicação para o nível muito baixo da arrecadação. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em 2017 e no ano passado. As estimativas para o primeiro trimestre deste ano oscilam entre uma pequena queda e uma pequena alta em relação aos três meses finais de 2018. Os dados conhecidos até agora indicam um recuo da produção industrial, com forte impacto sobre os demais segmentos de atividade.

Em abril, o aumento da receita refletiu principalmente a evolução do Imposto de Renda das empresas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No mês, o valor dos dois tributos foi 7,25% maior que o de um ano antes.

De janeiro a abril esses itens proporcionaram arrecadação 11,70% superior à dos primeiros quatro meses de 2018. Esse aumento refletiu a lucratividade das empresas no ano passado e as condições mais severas de compensação tributária. A receita foi reforçada também pelo imposto de importação e pela soma de royalties sobre o petróleo, com reflexo da alta do dólar nesses dois fatores.

Os tributos mais dependentes da produção e das vendas, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o PIS-Pasep, tiveram resultados pífios neste ano, especialmente em abril.

Os dados completos das contas federais, com o confronto de receitas e despesas, ainda será divulgado. Mas, como as despesas obrigatórias crescem seguidamente, em especial as da Previdência, um novo balanço muito ruim é inevitável.

O quadro se complica com a expectativa de um baixo ritmo de atividade econômica até o fim do ano. O governo baixou de 2,20% para 1,60% sua projeção de crescimento do PIB em 2018. Ao mesmo tempo, a inflação esperada passou de 3,80% para 4,10%. A estimativa de expansão econômica ainda é mais otimista que a do mercado. A mediana das projeções do setor financeiro e das principais consultorias já havia caído para 1,24%. Algumas grandes instituições financeiras já reduziram para 1% a expectativa de crescimento econômico.

Diante desse quadro, especialmente complicado, neste momento, pelo desemprego de mais de 13 milhões de trabalhadores, só se pode prever muita dificuldade na gestão das contas públicas nos próximos meses. Apesar disso, o governo decidiu evitar, por enquanto, um congelamento de gastos muito maior que aquele anunciado há alguns meses.

Em março, o governo havia contingenciado R\$ 29,80 bilhões. É um procedimento normal e consiste em congelar parte das despesas previstas no Orçamento. Quando as condições melhoram, o dinheiro é liberado no todo ou em parte. Agora, apesar das dificuldades, o governo decidiu agir suavemente. Liberou R\$ 1,59 bilhão da reserva orçamentária para o Ministério da Educação e R\$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Essa reserva é incluída no Orçamento, sem destinação especificada, para ser usada em caso de emergência. Sobrou um bloqueio adicional de R\$ 2,20 bilhões.

Apesar do reforço financeiro, o Ministério da Educação continua com um bloqueio de R\$ 5,40 bilhões, decorrente do contingenciamento de março. A decisão de evitar um novo aperto resultou, segundo fontes do governo, das manifestações contra o arrocho anunciado pelo ministro da área. Essa explicação é negada oficialmente, mas, enfim, o novo aperto foi evitado – embora da maneira mais complicada.

topo ↕

**O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO
PRONTO, FALEI!**

João Campos

Deputado federal do PSB-PE

“O ministro da Educação é bom de diagnóstico, mas péssimo de soluções”, sobre a audiência dos deputados com Abraham Weintraub anteontem na Casa.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Bolsonaro diz que atos não são para atacar Congresso

Planalto. Presidente diz que ataques ao Judiciário e ao Legislativo na manifestação pró-governo, no domingo, ‘estão mais para Maduro’, em referência ao líder venezuelano

Jair Bolsonaro criticou ontem a inclusão de manifestações contra o Congresso e o Judiciário nos atos pró-governo marcados para domingo. Ele afirmou que essas pautas “estão mais para Maduro”, em referência ao presidente da Venezuela. “Quem defende o fechamento do Supremo e do Congresso está na manifestação errada”, disse.

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a inclusão de pautas contra o Congresso e o Judiciário nas manifestações a seu favor marcadas para o próximo domingo. Em café com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente afirmou que estas bandeiras “estão mais para o Maduro”, numa referência ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro, acusado por opositores de implantar uma ditadura no país. “Quem defende o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional está na manifestação errada”, disse ele, segundo a Rádio BandNews, que estava no café. O Estado não participou do encontro.

O presidente também reiterou que não irá aos atos previstos em várias capitais do País. A mobilização de apoio ao governo foi marcada como uma resposta aos protestos contra o contingenciamento de verbas para a Educação, que levou milhares às ruas no último dia 15.

Os atos ganharam força após o próprio presidente compartilhar um texto, via WhatsApp, dizendo que o Brasil é “ingovernável” fora dos “conchavos”, conforme revelou o Estado.

Uma declaração de Bolsonaro, na segunda-feira, de que o “grande problema do País é a classe política” também ajudou a dar combustível para a convocação, que é capitaneada pela rede bolsonarista.

Segundo interlocutores do presidente no Palácio do Planalto, embora as manifestações sejam vistas como irreversíveis, a mudança de tom de Bolsonaro tem como objetivo desvincular o governo dos atos e evitar ruídos com os demais Poderes, colocando em risco sua governabilidade.

O presidente, inclusive, tem desestimulado auxiliares a participarem das manifestações. Segundo o Estado apurou, até mesmo o filho Carlos Bolsonaro, o mais ativo nas redes sociais, tem dito que não vai às ruas no domingo em apoio ao governo do pai.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, defendeu as manifestações, mas repetiu que não se trata de atos organizados pelo governo. “Essa é uma manifestação da sociedade. Ela será apenas acompanhada e respeitada pelo governo. É da mesma maneira com as que podem ser favoráveis ou contrárias (ao governo). O que cabe a quem está no governo é ter equilíbrio, serenidade, respeito, porque é a cidadania se manifestando”, disse o ministro, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Questionado sobre a inclusão de ataques ao Congresso e ao Judiciário como foco da mobilização, Onyx disse que não é uma pauta do governo. “Não sei (quais são as reivindicações). Não fomos nós que organizamos, não fomos nós que chamamos”, afirmou o chefe da Casa Civil, responsável pela articulação do governo com o Congresso.

O Planalto não arrisca estimar o tamanho que as manifestações terão no domingo, mas a avaliação no governo é de que um eventual fracasso pode ser encarado como uma falta de apoio popular a Bolsonaro. Há ainda uma percepção de que a aprovação na Câmara da medida provisória que reduziu o número de ministérios de 29 para 22 arrefeceu o movimento.

Conforme mostrou o Estado na quarta-feira, uma análise feita pelo WhatsApp Monitor, ferramenta de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – que acompanha 350 grupos públicos do aplicativo –, indica que as mensagens favoráveis ao presidente com convocações para os atos começaram a se destacar entre as mais compartilhadas no dia 16 último, logo após os protestos pelos cortes na Educação.

Nas redes sociais, é possível identificar convocações para atos em ao menos 296 cidades brasileiras. Estão registradas também mobilizações em nove municípios no exterior, com destaque aos Estados Unidos, com cinco localidades.

Os principais grupos à frente dos atos do próximo domingo são Avança Brasil, Consciência Patriótica, Direita São Paulo e Movimento Brasil Conservador. Além deles, dezenas de outros grupos menores atuam nas redes sociais. A esses movimentos, articulados majoritariamente pelo WhatsApp, se soma uma rede de influenciadores digitais alinhados com o clã Bolsonaro e com o chamado “núcleo ideológico” do governo.

Os atos, porém, têm sido alvo de críticas de aliados e potenciais aliados do Planalto. Ontem, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), voltou a classificar as manifestações como “totalmente desnecessárias”. “O Brasil já foi às ruas, o Brasil já votou, já elegeu, não tem que voltar às ruas neste momento.” Para Doria, o País precisa de “paz, harmonia e entendimento” do povo e dos poderes. “Não precisamos de rua para confrontar nada, é perda de tempo. Vamos concentrar energia aprovando a reforma da Previdência”, afirmou o governador tucano.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO

Protesto em Cannes critica cortes na educação

Equipe de Sem seu sangue, da carioca Alice Furtado, ergue cartazes em apoio a escolas e universidades públicas do país

segundocaderno@oglobo.com.br

Especial para O GLOBO, de Cannes

A estreia de “Sem seu sangue”, de Alice Furtado, na Quinzena dos Realizadores, mostra paralela do Festival de Cannes, ontem, foi marcada por um protesto silencioso. A equipe do filme, primeiro longa-metragem da cineasta carioca, levou ao palco do La Croisette cartazes criticando os cortes do governo brasileiro nas verbas destinadas à educação pública.

“Todo o apoio à universidade pública”, “Em defesa do Cap/UFRJ, Pedro II e institutos federais”, diziam os cartazes, em português e em inglês. O gesto lembra o da equipe do filme “Aquarius”, de Kleber Mendonça Filho, que disputou a Palma de Ouro em 2016. Na época, cineastas e atores levaram para o tapete vermelho do Grand Théâtre Lumière cartazes contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Alice é formada em Cinema pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

— Achei mais que oportuno fazer esse manifesto agora. Boa parte da nossa equipe foi formada na UFF, e o protesto era uma forma de homenagear a educação pública, mostrar o nosso apoio, e como valorizamos nossa formação —explica a diretora. — Meus pais são professores universitários. Conheço de perto as dificuldades pelas quais o ensino público tem passado.

Alice conta que o protesto foi planejado logo depois da seleção de “Sem seu sangue” para o festival francês, que coincidiu com o anúncio dos cortes na educação.

— Para a gente foi muito impactante, não podíamos deixar de falar sobre isso. Desde então, ficamos pensando no que poderíamos fazer para demonstrar nossa insatisfação.

Em seu primeiro longa, Alice Furtado mistura romance e terror. A trama é centrada na figura de Silvia (Luiza Kosovski), adolescente retraída e entediada, que parece recuperar o entusiasmo pela vida quando conhece Artur (Juan Paiva, de “Malhação”), aluno problema que acaba de ser transferido para sua escola. Os dois começam uma intensa relação. Mas a hemofilia do rapaz acaba por abreviar o encontro amoroso. A dor da separação afeta a menina fisicamente. Aconselhada pelo pai (Lourenço Mutarelli), ela busca refúgio numa ilha. Lá, conhece Matthieu (Nahuel Pérez Biscayart, de “100 batimentos por minuto”) e suas estranhas histórias sobre antepassados que moraram no Haiti.

— A mitologia dos zumbis nasceu no Haiti, e fizemos uma pesquisa para descobrir como eles entraram na cultura pop. O personagem do Matthieu é um clássico do filme de terror, aquele que diz “não faça isso”, e o outro vai lá e faz —ri Alice.

Ela admite que a história de Silvia tem relação com experiências de sua adolescência.

—A origem é muito pessoal mesmo. Estava pensando sobre essas questões de desejo e perda. Poucos filmes falam sobre o desejo feminino e como a mulher lida com o luto amoroso, ainda mais em uma idade tão tenra. São coisas tão intensas que deixam marcas no corpo. Quando a separação acontece, tudo desaba —diz.

‘ZUMBIS ESTÃO BOMBANDO’

A diretora conta que é fã dos filmes de horror. E começou a pensar em incluir elementos do gênero em seu primeiro longa “assim que surgiu a ideia de fazer um filme sobre desejo e amor” .

— Acho que os filmes de horror são muito sensuais, porque estão relacionados a sensações físicas — diz. — E a programação inteira do festival parece estar homenageando o cinema de terror. Os zumbis estão bombando! A Quinzena dos

Realizadores, onde o meu filme está, fez homenagem a John Carpenter (diretor de clássicos do terror, como “Halloween”).

De onde vem o modismo? — Tenho a sensação de que é uma tendência mundial. Estamos vivendo um tempo pós-apocalíptico, um grande pesadelo no ápice do capitalismo. Está todo mundo tentando entender como lidar com isso. Essa atmosfera do pesadelo, do horror, tem muito a ver com esse momento político do mundo.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

Afya, do setor educacional, busca em IPO até US\$ 400 mi

A Afya, grupo de educação voltado para cursos de medicina, prepara uma oferta pública inicial de ações (IPO) nos Estados Unidos prevista para julho, apurou o Valor. A companhia quer levantar entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,6 bilhão).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/financas/6273129/afya-do-setor-educacional-busca-em-ipo-ate-us-400-mi>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Aposentadorias especiais são a maioria nos Estados

Levantamento da Secretaria Especial de Previdência Social mostra que 56% das aposentadorias concedidas pelos Estados seguem critérios diferenciados para militares (19%), professores de educação básica (32%), policiais (4%) e agentes penitenciários (1%). No Rio Grande do Sul, por exemplo, 70% das aposentadorias são concedidas por regra diferenciada, sendo que 45% para professores da educação básica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6273431/aposentadorias-especiais-sao-maioria-nos-estados#impresso528172>

topo ↕

VEJA - SP - GERAL

Eles estão com medo

Pesquisa aponta um cenário vergonhoso e de barbárie: crianças e adolescentes brasileiros não se sentem seguros nem enquanto estudam no colégio

E.S.S., de 17 anos, mora no bairro Jardim Palmares, no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio. Desde 2016 ela estuda em um colégio público da região, mas, antes disso, passou um ano fora da escola. O motivo que a levou a não querer mais sair de casa para assistir às aulas foi um problema que, com uma cruel persistência, afeta o cotidiano fluminense: a onipresença da violência, que não respeita nem mesmo o ambiente estudantil.

Aos 13 anos, enquanto fazia o caminho de todos os dias para o colégio, E.S.S. percebeu que estava sendo seguida por um homem. Apavorada, entrou em um posto de saúde. Ao voltar para casa, pediu para deixar a escola.

O episódio foi, na verdade, a gota d'água de um oceano de abusos: bullying dos colegas e agressões verbais de professores — que chegaram ao cúmulo de chamá-la de burra — tiraram de E.S.S. a vontade de estar em sala de aula. Hoje, mesmo frequentando outra instituição pública de ensino, localizada também em Nova Iguaçu, a adolescente ainda é

assombrada pelo espectro da violência.

E.S.S. faz parte de um universo de quase 4 000 estudantes brasileiros, com idade entre 9 e 17 anos, entrevistados pela ONG Visão Mundial, fundada nos Estados Unidos em 1950, para uma pesquisa à qual VEJA teve acesso com exclusividade. O estudo “Infância [des]protegida” — que será lançado na terça-feira 28 em Brasília, no Seminário da Rede Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — foi realizado com o objetivo de radiografar a percepção de segurança de crianças e adolescentes que frequentam escolas no Brasil. A pesquisa, feita entre agosto e setembro de 2018 — antes, portanto, do massacre de Suzano, que vitimou cinco jovens alunos de um colégio naquela cidade paulista em março deste ano —, abrangeu 67 instituições de ensino, em seis estados e sete municípios, com alunos do 5º ao 9º ano. Enquanto 78% dos entrevistados disseram sentir-se seguros dentro de casa, mais da metade dos participantes — 52% — declarou não se sentir protegida no colégio (leia outros dados da pesquisa no quadro ao lado). Nova Iguaçu, o município onde E.S.S. vive, teve o pior resultado entre as cidades analisadas. “Nossas aulas são canceladas constantemente por causa de situações de violência e perigo”, disse a adolescente em entrevista a VEJA. Ela relatou que os constrangimentos que sofreu em classe estão longe de ser exceção: vários de seus colegas também já passaram por bullying, e um dos professores chegou a dizer em sala que os alunos tinham “algum grau de autismo” por não conseguirem entender as matérias.

“O resultado da pesquisa que fizemos reflete a urgência de colocar a escola como um espaço de diálogo, de formação cidadã e de escuta das crianças. O colégio precisa cumprir esse papel social. Viver exposto à violência gera um stress que tem impacto negativo no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e até mesmo na capacidade de aprendizagem”, afirma a sanitarista pernambucana Karina Lira, uma das coordenadoras do estudo.

Assim como E.S.S. vivencia um conjunto de manifestações de violência em seu dia a dia, a escola situada em local de vulnerabilidade social está presa em uma rede de fatores adversos. “A instituição de ensino não é uma ilha. O aluno traz com ele os problemas que encara no ambiente doméstico e que absorve da violência urbana. Sai de casa para estudar e presencia tiroteios, assaltos, tráfico, assassinatos etc. A comunidade escolar tem de estar preparada para todos esses problemas”, acrescenta Karina.

Em junho do ano passado, no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, foi baleado por policiais no caminho para o colégio. O garoto recebeu atendimento no pronto-socorro, porém não resistiu. “Bandido não carrega mochila”, lamentou sua mãe, Bruna Silva. No começo deste mês, o governador do Rio, Wilson Witzel (PSL), foi criticado por sobrevoar de helicóptero a cidade de Angra dos Reis com o objetivo de dar o aval a snipers para atirar, a pretexto de combater bandidos. Como forma de proteção, o Projeto Uerê, uma escola para jovens com bloqueios cognitivos e emocionais localizada na Maré, instalou uma placa no telhado para identificar o local: “Escola. Não atire”. Na instituição, desde 2017 os alunos têm treinamento para se proteger em caso de tiroteio.

No tristíssimo catálogo de episódios de violência que o Brasil exhibe, o registro recente que mais chocou o país foi sem dúvida o que ocorreu na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, dois meses atrás. Uma dupla de atiradores, Guilherme Tauci Monteiro e

Luiz Henrique de Castro, ambos ex-alunos daquele colégio, entrou na instituição e matou cinco estudantes e duas funcionárias. Depois das cenas de horror, cercados por policiais militares da força tática, um dos atiradores matou o comparsa e em seguida cometeu suicídio. Para Karina, não há como estabelecer uma relação direta entre o caso de Suzano e as percepções identificadas na pesquisa da Visão Mundial. Fatores emocionais e psicológicos estariam também envolvidos no episódio, contudo não há dúvida de que a escola absorve o clima de violência da região. Seja como for, segundo a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, nos últimos cinco anos foram registrados 225 522 boletins de ocorrência em estabelecimentos educacionais do estado — uma média de 123 crimes por dia.

Por mais que a análise mostre um cenário obscuro, sem esperança, das condições de vida de boa parte das crianças e adolescentes que representam as próximas gerações do país, o estudo da ONG conclui que o fortalecimento das instituições e de políticas públicas pode ser a solução para proteger os mais vulneráveis. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, já traz garantias básicas de seus direitos — como receber educação de qualidade, ter acesso à cultura, poder brincar com colegas da mesma idade, não ser obrigados a trabalhar e não sofrer agressões físicas ou psicológicas por parte daqueles que são encarregados de instruí-los ou de qualquer outro adulto.

E.S.S., que teve sua história ouvida no levantamento da Visão Mundial, surpreendeu-se até com o fato de ter sido abordada. “Foi a primeira vez que perguntaram a nossa opinião. Interessante, porque mostrou que nós também temos o direito de falar sobre o que pensamos e sobre o que passamos. Temos o direito de nos expressar.”

topo ↗

VEJA - SP - CLÁUDIO DE M. CASTRO

Para fazer andar o paquiderme

O concerto das universidades começa em Brasília

A universidade pública tem de tudo. Muitos professores são abnegados e dedicados, preparando belas aulas e conduzindo pesquisas relevantes. Nossa pós-graduação é amplamente superior à de todo o hemisfério. Mas o lado podre existe e traz danos à sua imagem. Pior, acaba punindo quem se comporta exemplarmente.

Eis o tema deste artigo: foram paridos em Brasília muitos dos problemas das universidades. Resultam de concepções, regras e marco regulatório infelizes ou perversos.

Nos Estados Unidos, entre as 5 000 instituições de ensino superior, há mais de 1 000 chamadas de universidades. Delas, 131 são verdadeiramente de pesquisa. Se a mesma proporção valesse para o Brasil, seriam apenas dez federais de pesquisa. De fato, metade das publicações se concentra nelas. Não obstante, todas as federais foram proclamadas universidades de pesquisa. Sobrevive o falso discurso da indissociabilidade do ensino e da pesquisa, ainda que na maioria das instituições a pesquisa seja quase nada. Pior, o ensino é demovido a um segundo plano.

Dos professores, 88% têm contrato de quarenta horas. Desse grupo, 4 500 atuam na pesquisa, enquanto 8 800 apenas ensinam. Portanto, são o dobro dos que não fazem pesquisa.

Admitamos que, entre aulas e atividades correlatas, gastem-se vinte horas semanais.

Mas quem não pesquisa, como usa as vinte horas restantes? Na prática, seu pagamento é um esplêndido regalo do contribuinte. Por que não reduzir de quarenta para vinte horas o contrato de quem não faz pesquisa? Aplicada, tal regra geraria uma enorme economia ao Erário.

Com que lógica Brasília dá mais fundos a umas do que a outras? Das dez universidades mais caras, apenas quatro contam-se entre as melhores. Na média, os custos/aluno/ano equivalem aos das universidades europeias (37 000 reais). Mas poucas constam nas listas das mais destacadas do mundo.

Os orçamentos de pessoal são feitos em Brasília e inflexíveis. Se, com grande sacrifício, logra-se afastar um professor inadequado, a economia resultante não pode ser usada pela universidade. Portanto, não há incentivos para escoimar os improdutivos. Tarefas como comprar um reagente são uma via-crúcis de vários meses. As fundações, salvadoras da pesquisa, são execradas pela esquerda.

Reitores e chefes de departamento não têm mecanismos eficazes para punir os recalcitrantes ou premiar os mais destacados, como faz o botequim da esquina. Reitor é jóquei de dinossauro. Empunhando seu chicotinho, assume a pose de quem comanda o paquiderme.

As disciplinas profissionalizantes, por vezes, podem ser mais bem atendidas por aqueles que exercem a profissão. Mas, caso essas pessoas não tenham mestrado ou doutorado, sua presença faz cair a avaliação da universidade.

Não há uma só universidade de primeira linha em que os reitores sejam escolhidos por votação. Ainda mais bizarro, votam alunos e funcionários. A Suécia tentou esse mecanismo, mas logo voltou atrás.

Não há por que perdoar os pecados dos dirigentes locais. Entre eles, inclua-se preferir o conforto de não ter de assumir decisões penosas. Mas é espantoso o prejuízo causado por regras, políticas educativas e mitos gerados e consagrados em Brasília. São os principais culpados de muitos males das universidades. Portanto, consertar as universidades começa no Planalto.

[topo](#)

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Pesquisa do Ceará é destaque de uma das mais importantes publicações na área de materiais carbonosos do mundo

Estudo propõe novo tipo de material à base de carbono, bidimensional como o grafeno

Pesquisadores da Universidade Federal do Ceará são autores de artigo científico emplacado na capa de uma das mais importantes revistas internacionais do campo de materiais e nanomateriais carbonosos, a Carbon. A revista tem fator de impacto 7,08 e é enquadrada como Qualis A1, a classificação máxima da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

O estudo intitulado “Structural and electronic properties of nanotubes constructed from fragmented fullerenes” (na tradução, “Propriedades estruturais e eletrônicas de nanotubos construídos a partir de fulerenos fragmentados”) tem autoria do Prof. Antonio Gomes, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC e docente do

Departamento de Física, da doutoranda em Física da UFC Paloma Vieira Silva e do Prof. Eduardo Costa Girão, ex-doutorando em Física da UFC e docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

O trabalho faz parte da tese de doutorado de Paloma Vieira e propõe um novo tipo de material à base de carbono que é bidimensional, como o grafeno, e pode gerar estruturas nanométricas chamadas de nanotubos. “Foi mostrado que um novo arranjo de átomos, tendo como base fragmentos de fulereno (bolas simétricas com 60 átomos de carbono), podem gerar materiais com propriedades semelhantes às de um metal (condutor de eletricidade) ou de um semicondutor, dependendo de sua estrutura”, explica o Prof. Gomes.

As pesquisas sobre o desenvolvimento de materiais são de grande relevância na ciência, pois podem estabelecer novos paradigmas para futuros avanços tecnológicos, a exemplo do que ocorreu com o silício. Segundo o Prof. Eduardo, a pesquisa publicada na Carbon apresenta bons resultados nesse sentido. “Graças a tais propriedades, esses tubos podem ser blocos básicos de futuros nanodispositivos eletrônicos”, exemplifica.

Conforme acrescenta Paloma Vieira, os resultados do artigo, o primeiro a compor sua tese, são de grande interesse para a comunidade que estuda materiais 2-D. “Contribui para avaliar as potenciais aplicações desses nanotubos”, diz.

O artigo foi desenvolvido em colaboração com a UFPI por meio do Prof. Eduardo Girão (egresso do Programa de Pós-Graduação em Física da UFC) e com o Prof. Vincent Meunier, do Rensselaer Polytechnic Institute (EUA). “Importante ser destacado o papel da CAPES no financiamento dessas parcerias no âmbito nacional, através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), e internacional, pelo Programa Institucional de Internacionalização (PRINT)”, disse Gomes.

IMPACTO – A UFC é destaque nacional pelo impacto de suas pesquisas publicadas em periódicos mundo afora. O fato foi atestado recentemente pelo Leiden Ranking, publicado em 2018 com dados referentes ao período 2013-2016. A Universidade está entre as 10 melhores do Brasil no quesito relativo à proporção de artigos produzidos na Instituição que estão entre os 10% mais citados do mundo em sua respectiva área, tendo a mesma pontuação (5,9%) da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (UFC)

topo ↕

UFPEL - TEMPO REAL

Pesquisador do Mast palestra no Museu do Doce

A Rede de Museus da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel promoveu nesta quarta-feira, dia 22 de maio, no Auditório do Museu do Doce, a palestra “Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários” proferido pelo pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). O MAST é um centro de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia e guarda o acervo do Observatório Nacional, dentre outros e desenvolve ampla agenda de atividades com o público, além das exposições.

Marcus, além de coordenador de museologia do MAST, é professor do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T (MAST), vice-coordenador e

professor do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), consultor ad-hoc do CNPq, da FAPESP, da CAPES, da CYTED, da FAPERJ e atua com a conservação de patrimônio e objetos da ciência e da tecnologia.

Iniciou a sua palestra com uma imagem aérea do Museu Nacional em chamuscas para contextualizar a imensa fragilidade que faz os museus sucumbirem, mesmo a sinistros previsíveis. Com formação estritamente técnica e científica, contou como o seu encontro com os museus, no início de sua carreira de pesquisador, calibrou a percepção para os acervos técnicos e científicos. Saudou o fato de que os museus são lugares encantadores, onde muitas coisas maravilhosas podem acontecer.

Porém, enquanto trabalhava com tais acervos, percebia a dificuldade em conceituá-los, uma vez que tais objetos vinham, em geral, de uma história de abandono pela obsolescência ou de um esquecimento determinado pela exaustão do uso ou da perda de função. Nas universidades, tais objetos se perdem de muitos modos. São deixados de lado, esquecidos em armários e almoxarifados, enviados para os setores de inservíveis ou destinados a pilhas de sucatas.

No entanto, dentro de um museu de ciência, podem estabelecer profundo diálogo com as coleções científicas e educativas, podem conquistar voz e contar sobre como eram utilizados e como se davam os procedimentos de investigação científica, como se ensinava e se aprendia, como a técnica, irmã da ciência, era meio e fim para os avanços do conhecimento. Contou, ainda, sobre como pensar nestes acervos enquanto testemunhos dos processos científicos e tecnológicos pode incentivar ao surgimento de novos pesquisadores e de um conceito de ciência mais humanizado e integrador.

Marcus destacou o fato de que universidades com cursos de Museologia são mais capazes para estabelecer a guarda dos seus acervos históricos, inclusive dos de ciência e tecnologia.

Já no final da palestra, voltou a mostrar as peças do Museu Nacional que sobraram das chamuscas, sobre as quais ele contribuiu para a identificação. E fez lembrar do temporal que caiu na mesma noite do incêndio, principal responsável por apagar as maiores labaredas que consumiam o MH. Na última imagem mostrada por Marcus, viam-se as hastes de metal serem erguidas para escorar as paredes do prédio mutilado e então contou que há voluntários: pesquisadores, professores, alunos, que antes trabalhavam no museu e que agora, nas horas que podem, andam nas áreas seguras, com o intuito de recuperar dos escombros os objetos sobreviventes.

Entre depoimentos e perguntas que se seguiram, a Profa Silvana Bojanoski, coordenadora da Rede de Museus, anunciou que a Rede pretende, em breve, estabelecer parceria com os cursos de Museologia, Conservação e Restauração e com o Programa de Pós-Graduação em Memória Social para, no curso dos 50 anos da UFPel, iniciar um trabalho de memória sobre o acervo técnico, científico e histórico da Universidade, localizado nas unidades.

topo ↕

BRAZIL MODAL - TEMPO REAL

ANTT desburocratiza registro de transportadores de carga

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou a Resolução ANTT nº 5.847, de 21 de maio de 2019, que altera procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). A norma entra em vigor após trinta dias da sua publicação, ou seja, em 21/6.

Até o início da vigência, os procedimentos de registro e fiscalização de veículos continuam inalterados. Após o início da vigência (21/6), os pontos de atendimento credenciados junto à ANTT não poderão mais vincular adesivo à placa do veículo. Portanto, o transportador terá o direito de cadastrar os veículos no RNTRC sem adquirir o adesivo (identificação visual).

A norma também alterou as infrações previstas no inciso I e alínea “c” do inciso V do art. 36 da Resolução 4.799, de 2015. Foi retirada a previsão de multa por evasão e ambas as multas passaram a ser no valor de R\$ 550,00.

A Resolução ANTT nº 5.847/2019 teve como objetivo acompanhar as melhorias e inovações do processo de fiscalização da ANTT, desburocratização e a redução de custos do setor de transporte rodoviário remunerado de cargas.

topo ↕

FAPERJ PESQUISA RIO - NOTÍCIAS

Com audiência pública da Comissão de C&T, Alerj debate ‘desafios e perspectivas’ da FAPERJ

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) promoveu nesta terça-feira, dia 21 de maio, na Sala das Comissões 316, Audiência Pública para discutir “Desafios e Perspectivas da FAPERJ”. O presidente da Comissão, deputado Waldeck Carneiro, abriu a Audiência enfatizando o principal problema da Fundação: um passivo de R\$ 370 milhões, e passou a palavra ao presidente da FAPERJ.

Jerson Lima Silva, que estava acompanhado da diretora Científica, Eliete Bouskela, e do diretor de Tecnologia, Maurício Guedes, destacou a missão da Fundação de não só implementar e valorizar a Ciência e Tecnologia no estado e apoiar pesquisadores, empreendedores e empresas de base tecnológica como, também, avaliar o retorno dos investimentos nos projetos aprovados e aproximar o setor C&T da sociedade. Ele lembrou que o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior produtor de conhecimento do País e destacou as importantes contribuições da FAPERJ no fomento à pesquisa, como no caso das arboviroses (dengue, zika e chikungunya) e para a viabilização do Pré-sal.

O presidente da FAPERJ disse que, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), dos R\$ 520 milhões equivalentes ao repasse de 2% da receita tributária líquida do estado à Fundação, previstos para o ano de 2019, R\$ 494 milhões já foram autorizados. Entretanto, devido à crise econômica, de 2015 a 2018 a FAPERJ acumulou R\$ 370 milhões de auxílios diversos, previstos em contratos, que não foram pagos. Os investimentos, que vinham na casa de R\$ 300 milhões desde 2008, e que chegaram a R\$ 400 milhões em 2014, não passaram de R\$ 150 milhões em 2016. Jerson Lima destacou que, apesar da redução de investimentos, ainda assim, em 2017 os programas de excelência em pós-graduação avaliados com conceito 6 e 7 cresceram 15%, segundo avaliação da **Capes**, contra 12% no restante do País. E que o número de trabalhos indexados, produzidos por pesquisadores fluminenses, aumentou 66% entre 2006 e

2014.

Jerson Lima: para o presidente da FAPERJ, é importante honrar os compromissos assumidos pela Fundação desde 2015 a fim de resgatar a sua capacidade de fomento (Fotos: Rafael Wallace/Alerj)

Entre os desafios para o ano de 2019, o presidente da FAPERJ disse que o mais importante é “como lidar com os projetos aprovados e para os quais já foram emitidos termo de outorga, mas que não foram pagos”. Em sua opinião, é importante fortalecer parcerias com o Governo Federal, com agências como o CNPq, Finep e **Capes**, entre outras, além de dar prosseguimento as que já estão em andamento, como as iniciativas do INCT, Pronex e Tecnova2. Ele também defendeu parcerias a fim de estimular a inovação em áreas estratégicas, como Biotecnologia, Nanotecnologia, Inteligência Artificial e Energias Renováveis, entre outras; o fortalecimento das redes de pesquisa em arboviroses, além do lançamento de editais emergenciais – como foi o caso da chamada em apoio ao Museu Nacional/UFRJ, no final de 2018, cujos projetos começaram a receber os recursos no final do mês de março – e o edital de Incentivo à Produção Científica e Tecnológica da Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo).

Ele também destacou o apoio que a Fundação vem dando às Startups, parques tecnológicos e núcleos de inovação tecnológica, e informou que a FAPERJ também está em vias de assinar acordo de parceria com Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que conta com 43 unidades no Brasil e deverá aumentar sua presença no Rio de Janeiro.

Quanto aos restos a pagar, cujo planejamento já foi discutido em sessão do Conselho Superior da FAPERJ, Jerson Lima disse que, dos R\$ 370 milhões acumulados de 2015 a 2018, devido ao cancelamento de uma parte dos projetos, o valor real a ser pago deverá ser cerca de R\$ 300 milhões. Estes deverão ser pagos em parcelas de R\$ 100 milhões/ano, nos próximos três anos, a fim de quitar dívidas antigas e de recursos em convênios com o CNPq e a Finep, nos quais a FAPERJ não arcou com sua contrapartida. “Para resgatar a capacidade de fomento da C,T&I no estado seria muito importante pagarmos esses projetos contratados com pesquisadores e empreendedores”, declarou o presidente da FAPERJ. Segundo ele, em 2019 a Fundação deverá arcar com despesas num total de R\$ 433 milhões, dos quais, serão R\$ 239 milhões em auxílios; bolsas que somam R\$ 126 milhões (R\$ 10,5 milhões/mês); descentralizações, que somam R\$ 67 milhões (R\$ 5,6 milhões/mês), do orçamento aprovado de R\$ 480 milhões. Dentre os vários editais a serem lançados entre 2019 e 2020, o presidente da FAPERJ destacou os programas Cientista do Nosso estado e Jovem Cientista do Nosso Estado, que juntos totalizam mais de 1.100 pesquisadores contemplados, somando, em três anos, recursos de cerca de R\$ 102 milhões. “Se conseguirmos executar esses recursos, podemos fazer a diferença”, garantiu.

Maria Isabel Souza: de acordo com a subsecretária estadual de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação, a FAPERJ nunca esteve tão próxima das políticas de governo como agora

O presidente da Comissão, Waldeck Carneiro, passou, em seguida, a palavra à subsecretária estadual de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação, Maria Isabel Souza, a

quem indagou se realmente o orçamento da FAPERJ está garantido. Ela respondeu que a FAPERJ nunca esteve tão próxima das políticas de governo como agora. “Diante da crise econômica, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) está trabalhando para saber o tamanho do seu orçamento, estabelecendo diálogo e compromissos com as suas vinculadas”, disse Maria Isabel. Segundo ela, o grande desafio é recuperar a imagem da Fundação, afetada pelas dívidas não pagas, com um novo modelo de gestão, e a ampliação de sua atuação. Ela disse que será criado o “Comitê Prioridade RJ” para discutir soluções internas que resolvam as dívidas da FAPERJ, especialmente as contrapartidas de parcerias com instituições federais.

Representando o Conselho Superior da Fundação, João Paulo Viola disse que para resgatar a credibilidade da FAPERJ é preciso, antes de tudo, pagar a dívida. Segundo ele, a pesquisa no Rio vem perdendo patrimônio humano e fechando laboratórios por falta de apoio. “Não deve ser utopia do estado fazer esses pagamentos. Para o Conselho Superior, é prioridade realizar esses pagamentos, pois estamos quase em junho e não houve nenhum dispêndio para resolver esta questão”, afirmou. O reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Luis Passoni, destacou a importância da FAPERJ para que a universidade mantenha suas atividades, incluindo os R\$ 15 milhões destinados este ano a projetos de Iniciação Científica e Extensão, além de um apoio emergencial em 2016 e 2017, que viabilizou o conserto de equipamento essencial para o funcionamento de um laboratório da universidade, no valor de US\$ 1,5 milhão. Ele reafirmou a importância do benefício do duodécimo ser estendido à FAPERJ, lembrando que este ano as universidades estaduais “ainda não receberam um centavo sequer do duodécimo”. Passoni também defendeu que o programa de apoio às Startups não se restrinja à tecnologia, mas que inclua a produção de bens, produtos e serviços do que chamou de “economia real”.

Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos, da Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que representa 140 associações, falou sobre a agenda de Ciência, Tecnologia e Educação em discussão no Congresso Nacional e espera que a iniciativa se estenda à Alerj. “Todos nós sabemos da importância da Ciência e Tecnologia, mas os laboratórios estão fechando. Não podemos mais continuar vivendo com restos a pagar. Gostaria de saber quanto já foi repassado à FAPERJ”, questionou Ana Tereza. Representando o Sindicato dos Peritos Oficiais do Rio de Janeiro (Sindperj), a perita criminal Carolina Maués pleiteou mais apoio às pesquisas dos peritos, como para o desenvolvimento e redução de custos dos insumos necessários à produção de provas técnicas, em grande parte importados. Lembrou que à exceção do ano passado, a Fundação ficou dez anos sem lançar edital específico para a ciência forense. A representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Daniele Balbi defendeu maior participação da comunidade negra no ecossistema da C&T e alegou que o atual quadro de incertezas não permite aos pesquisadores em formação a garantia da continuidade de seus trabalhos. Felipe dos Santos, presidente da União dos Servidores da FAPERJ lembrou que, em toda a existência da Fundação, apenas um concurso público foi realizado, em 2009. Disse que a associação espera que os direitos dos servidores sejam reconhecidos pela atual gestão, agradeceu o apoio da Alerj e cobrou um plano de bonificação para os servidores.

O vice-presidente da Comissão de C&T, deputado estadual Renan Ferreirinha, insistiu com a subsecretária de que é preciso uma programação para os repasses à FAPERJ em 2019, uma vez que já estamos quase no meio do ano. “Fico preocupado quando temos

R\$ 300 milhões de dívidas na FAPERJ e até agora o estado não fez nenhum desembolso”, disse. O deputado Flávio Serafini sugeriu que seja marcada nova audiência pública com a Secretaria Estadual de Fazenda para que seja estabelecido um cronograma de pagamentos.

Participaram ainda da audiência o coordenador do Programa Inova/Fiocruz, Milton Moraes; José Paulo Gagliardi Leite, pela Fiocruz; Alexandre Fortes, pró-reitor da UFRJ; o chefe de gabinete da reitoria da Uezo, Dario Nepomuceno; a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Aduenf), Luciane Soares da Silva; o diretor científico do Jardim Botânico, Renato Crespo; o integrante do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, Alexandre Fortes; a pesquisadora no Museu de Astronomia e Ciências Afins, Priscila Faulhaber; a diretora de Tecnologia da Firjan, Carla Jordana; a pesquisadora na UFRJ e na PUC-Rio, Rosângela Cavalcanti, entre outros.

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Reitora da UnB promove conversa sobre cortes no orçamento da universidade Encontro reuniu estudantes, professores e servidores técnico-administrativos

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, se reuniu, na manhã desta quinta-feira (23), com estudantes, professores e servidores da instituição, para esclarecer a confusão de informações sobre o bloqueio orçamentário das instituições de ensino público do país.

Segundo a UnB, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou 39% do orçamento de custeio da universidade, destinado ao pagamento de diversas despesas de manutenção (como contas de água, luz e contratos de serviços de limpeza e vigilância). O governo, contudo, afirma que não houve cortes, mas contingenciamento preventivo, que atingiu 3,4% do orçamento total das universidades.

O encontro, que ocorreu no auditório da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), reuniu cerca de 80 pessoas. "Como a comunidade se sente mais insegura e, às vezes, ouve de fontes diferentes, trouxemos o esclarecimento da própria administração", esclareceu o chefe de gabinete da instituição, Paulo César Marques.

"Esse encontro foi provocado em função de diversas questões, como decisões, decretos e alterações orçamentárias. Achamos que seria o momento de fazermos essa apresentação porque esses dados nem sempre chegam à comunidade universitária", disse a reitora, ao destacar que os cortes da educação, promovido pelo governo, acabaram virando uma "guerra de números".

A decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional, professora Denise Imbroisi, apresentou, na reunião, dados sobre os recursos do Tesouro e os dados orçamentários da UnB. Segundo a decana, o bloqueio em recursos do Tesouro foi de mais de R\$ 31,4% (R\$ 31,4%) do orçamento da instituição.

Mas ela esclareceu que não houve bloqueio dos recursos destinados à assistência estudantil. A decana também prestou informações sobre dados orçamentários da instituição. Ela disse que os recursos de fontes próprias da UnB têm origem na arrecadação de aluguéis e projetos. Mas o Tesouro não libera toda arrecadação própria da instituição. Hoje, o uso desse dinheiro é restrito ao teto orçamentário.

As informações sobre o desempenho acadêmico da instituição foram apresentadas pela decana de Pesquisa e Inovação, Maria Emília Machado. Segundo disse, mais de 15 mil publicações científicas foram produzidas no período de 2013 a 2017, destacando que a pesquisa e a extensão são prioridades da UnB.

No encontro, a Reitoria informou que analisa o recente decreto do presidente Jair Bolsonaro que tira autonomia de reitores para fazer nomeações. "A criação do SINC vai estabelecer um limitador na autonomia das universidades. Além dos impactos da reforma da Previdência", afirma.

Participaram da mesa a reitora, Márcia Abrahão; o vice-reitor, Henrique Huelva; o decano de Gestão de Pessoas, Carlos Vieira Mota; a decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional, Denise Imbroisi; e a decana de Pesquisa e Inovação, Maria Emília Machado.

A estudante Yasmim gomes de Araújo, 23 anos, recém-formada em letras (licenciatura) e em processo de entrar no mestrado na UnB, participou do encontro. Ela disse que foi para saber das informações sobre o impacto dos cortes de bolsas da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na área do inglês do programa Idioma Sem Fronteiras. Alunos de licenciatura em inglês da UnB atuavam como professores no projeto e recebiam bolsas da Capes. "O corte impacta diretamente na formação dos alunos, é um complemento da graduação, como uma residência", diz.

Segundo Rachel Lourenço, professora do Departamento de Línguas Estrangeiras e coordenadora pedagógica de inglês do Idioma Sem Fronteiras na UnB, o corte imediato de 100% das bolsas para essa área afeta a formação de futuros professores. "A extinção significa uma queda na formação da qualidade de profissionais que vão atuar na educação básica."

O Idioma Sem Fronteiras (ISF) é um programa de internacionalização da comunidade acadêmica. Conta com ações gratuitas de nivelamento e cursos on-line e presenciais. O público alvo é a comunidade acadêmica de instituições públicas de ensino superior. A professora Raquel informa que os outros idiomas (espanhol, francês, japonês...) do programa funcionam com fomento de parcerias, mas a modalidade inglês depende exclusivamente de bolsas da Capes para funcionar.

topo ↕

GUIA DO ESTUDANTE - NOTÍCIAS

Crises do MEC este ano levantam a pergunta - vai ter Enem em 2019?

O Guia conversou com dois pesquisadores da área de avaliação educacional para entender se (e como) a confusão no MEC e no Inep pode afetar o exame

Afinal, o Enem deste ano está garantido? A pergunta, que foi pouco ou nada cogitada nos últimos 10 anos de Enem (quando ele passou a valer como vestibular), tem inquietado os dirigentes das universidades públicas e estudantes que já se inscreveram para a edição de 2019.

A razão principal são diversas medidas tomadas pelo Ministério da Educação, que desde o começo do ano atravessa uma crise política e já trocou três vezes a presidência do Inep — autarquia responsável, dentre outras coisas, pela elaboração e aplicação do Enem. Conversamos com Ocimar Alavarse, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave) da Faculdade de Educação da USP, e

Cláudia Costin, professora da FGV-RJ e diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) para entender se — e como — as confusões no MEC e no Inep impactam na realização do Enem.

Demissões no Inep

O penúltimo presidente do Inep, Elmer Coelho Vicenzi, ficou menos de um mês no cargo e foi exonerado em meio a polêmicas envolvendo um pedido seu de quebra de sigilo das informações dos candidatos inscritos no Enem. No dia seguinte, foi anunciado que Alexandre Ribeiro Pereira Lopes o substituiria.

O novo presidente, assim como o anterior havia feito, reforçou esta semana que o cronograma do Enem será mantido. Vicenzi chegou a afirmar em coletiva de imprensa na última sexta que o Enem estava dentro do cronograma previsto, embora originalmente o contrato com a RR Donnelley — gráfica que imprimia a prova e que declarou falência no começo de abril — previsse o início das impressões do exame durante o período de inscrições. As inscrições do Enem se encerraram no último dia 17, e só terça (21) o Inep contratou uma nova gráfica para realizar a impressão.

Para além de imprevistos como a falência da gráfica, a inexperiência em gestão educacional das pessoas nomeadas para presidir o Inep também são um fator de influência para as incertezas que rondam o exame, como aponta o professor Ocimar Alavarse: “uma coisa é ser professor, outra questão é a gestão na área de educação”.

Tanto ele quanto Claudia Costin concordam que o atual governo federal e a gestão do MEC não têm uma política educacional definida. Alavarse diz ainda que a autarquia tem mantido seu funcionamento muito por conta de seu corpo técnico, composto por funcionários de carreira do Estado e com muita experiência na realização dessas atividades.

É também por causa desses técnicos e de o Enem já contar com um processo de realização muito definido (como um banco de questões prontas) que Costin acredita que o Enem ocorrerá normalmente. Apesar disso, Lavarse destaca que o cenário não deixa de ser preocupante, e que o cancelamento do exame implicaria na mudança de calendário das universidades que fazem uso dele como processo seletivo, além do prejuízo para os estudantes que realizariam a prova. “Abala o conjunto”, afirma.

Questões financeiras

Embora os cortes nas universidades federais e na **Capex** tenham sido os que mais repercutiram na imprensa, as escolas de Ensino Básico e até mesmo órgãos e autarquias do MEC também sofreram com os bloqueios. O Inep foi uma delas, e teve 26% da verba que era destinada a suas despesas discricionárias bloqueadas.

Em entrevista ao jornal O Globo, técnicos do instituto afirmaram temer que o bloqueio afete a realização da exame. Do total de R\$ 1,5 bilhão a que o Inep tinha acesso, R\$ 394,6 milhões estão “contingenciados”. É importante lembrar que além do Enem, o Inep aplica diversos outros exames, avaliações e censos como o Encceja e o Enade. O MEC já informou que o gasto com a avaliação da Educação Básica esse ano será de R\$ 500 milhões e, nos últimos anos, o Enem teve uma média de gastos de R\$ 600 milhões. A

soma desses valores resultaria em um gasto médio de R\$ 1,1 bilhão — quase a totalidade da verba da autarquia depois do contingenciamento.

Por outro lado, o Inep já anunciou uma série de medidas para reduzir os gastos com a aplicação de provas esse ano, como um novo material reaproveitável para colher a biometria no dia da prova e uma nova diagramação que ofereça espaço para a resolução das questões no próprio caderno de questões, evitando o gasto com folhas de rascunho. No total, estima-se uma economia de R\$ 42 milhões.

topo ↕

JOVEM SUL - TEMPO REAL

Cidade recebeu visita do Projeto Zibra

Na tarde da última terça-feira, 21, Chapadão do Sul recebeu a visita do Projeto ZiBra, Mapeamento genético do Zika e outros arbovírus no Brasil, fazendo parte da Etapa Centro Oeste.

Nesta primeira etapa foram visitados os municípios de Corumbá, Campo Grande, Coxim e Chapadão do Sul.

Os técnicos do projeto fizeram a captura dos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Culex* na cidade de Chapadão do Sul, com o objetivo de realizar um mapeamento dos possíveis vírus que se encontram na cidade.

Esse é um importante trabalho realizado pelo projeto Zibra, pois através dos resultados obtidos dessa amostragem saberemos quais os variados tipos de vírus transmitidos pelos mosquitos circulam em nossa região. Com isso, o município poderá definir a forma mais precisa e eficiente as estratégias de combate e prevenção desses vírus.

O Zibra

O grupo de especialistas que percorre Mato Grosso do Sul e outras cidades do país, cerca de 12 mil quilômetros de estrada, integra o projeto Zibra 2: Mapeamento genético do Zika e outros arbovírus no Brasil. A iniciativa tem financiamento do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) e da Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS), ambos do Ministério da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Publicidade

Os pesquisadores têm como meta sequenciar cerca de 400 amostras que foram positivas para pelo menos um dos oito vírus transmitidos por mosquitos mais relevantes na região: dengue, zika, chikungunya, febre amarela, mayaro, oropuche, encefalite de São Luis e febre do oeste do Nilo.

Em uma segunda frente de atividades, o projeto sequencia amostras estocadas nos Laboratórios e foram negativas para os oito vírus priorizados na iniciativa. Cerca de 400 amostras podem ser sequenciadas a partir da utilização da técnica conhecida como metagenômica. “Muitos quadros clínicos são finalizados sem a devida identificação de seu agente causador, o que gera uma lacuna para a vigilância em saúde brasileira. Pretendemos, assim, identificar o microrganismo por trás daquela infecção e trazer mais essa importante contribuição para as ações de prevenção e controle de doenças de

relevância nacional”, comenta Marta Giovanetti, pesquisadora integrante da equipe.

Na terceira frente de trabalho, mosquitos estão sendo capturados por armadilhas espalhadas em residências e locais públicos das cidades alvo da pesquisa. “Estamos coletando e analisando mosquitos de diferentes espécies, incluindo dos gêneros *Aedes* e *Culex* [popularmente conhecido como pernilongo]. Com isso, poderemos avaliar a porcentagem de mosquitos infectados no período e os patógenos virais envolvidos”, afirma Luiz Alcantara.

O projeto conta com 13 especialistas, incluindo pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), Instituto Evandro Chagas (IEC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Birmingham e Universidade de Oxford

topo ↕

MASSA NEWS - PR - TEMPO REAL

Estudo observa ação de causador da antracnose da soja

Na área agrônômica, uma das linhas de pesquisa procura descobrir opções mais eficientes, econômicas e de baixo impacto ambiental para o controle de fitopatógenos. “O controle de doenças de plantas e a indução de respostas de defesa mediados por fungos avirulentos tem sido descritas para vários patossistemas”, explica Renata Aparecida dos Santos Brito, autora de um estudo que verificou que algumas linhagens do patógeno *Colletotrichum truncatum*, agente causal da antracnose da soja, obtidos de plantas sem sintomas, comportaram-se como endofíticos e que outros causaram sintomas na parte aérea, com severidade variável.

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Fitopatologia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), comparou isolados de *Colletotrichum truncatum* obtidos de plantas assintomáticas e sintomáticas de soja, a fim de identificar características que os diferenciavam.

Para verificar se *Colletotrichum truncatum* endofítico é capaz proteger plantas de soja contra patógenos foram realizadas duas abordagens. “Na primeira utilizamos técnicas de bioquímica fitopatológica por meio de análises quantitativas relacionadas a respostas de defesa de plantas e, na segunda, avaliamos em casa de vegetação a severidade do mofo-branco (*Sclerotinia sclerotiorum*) em plantas pré-inoculadas com linhagem endofítica de *C. truncatum*”, explica a pesquisadora.

Plantas pré-inoculadas com *C. truncatum* endofítico e desafiadas com o *C. truncatum* patogênico tiveram aumento da quantidade de peróxido de hidrogênio (H₂O₂), sugerindo o efeito conhecido na literatura como priming. Nesse estado, as plantas respondem em níveis baixos quando inoculadas pelo agente indutor, porém, quando posteriormente inoculadas com um agente patogênico, o seu sistema de defesa responde de forma rápida e intensa. “Esse efeito pode estar relacionado tanto à resistência local quanto à sistêmica contra estresses bióticos e abióticos. Já o acúmulo de H₂O₂ desencadeado após o reconhecimento de um patógeno pode atuar na defesa das plantas. Essa espécie reativa de oxigênio (ERO) está envolvida, por exemplo, no reforço da parede celular, uma vez que o H₂O₂ é necessário para a biossíntese de lignina, ou mesmo agindo como um agente antimicrobiano direto”, detalha Renata.

Os resultados mostram redução de mais de 88% na severidade do mofo-branco em

plantas de soja pré-inoculadas com isolado endofítico. Segundo a autora, a redução da doença pode ser devido à capacidade dessas plantas em aumentar a resposta de defesa mais rapidamente e em níveis maiores do que quando expostas ao endofítico isoladamente. “Nesse sentido, a descoberta do fator que estimula o sistema de defesa por *C. truncatum* endofítico bem como a prospecção de possíveis moléculas elicitoras se torna uma alternativa para o controle de doenças na cultura da soja”.

O trabalho teve orientação do professor Nelson Sidnei Massola Junior, do departamento de Fitopatologia e Nematologia. Teve apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

As brasileiras premiadas na maior feira escolar de ciências do mundo Alunas de escolas públicas, estudantes Juliana Davoglio Estradioto e Ekarinny Myrela Brito de Medeiros desenvolveram com poucos recursos inovações nas áreas ambiental e médica. Suas pesquisas foram reconhecidas nos EUA.

Em 2016, a tia da estudante Ekarinny Myrela Brito de Medeiros morreu em decorrência de uma infecção sanguínea ocasionada por um cateter utilizado num procedimento de hemodiálise.

"Minha tia poderia ter falecido de outras maneiras por causa da sua doença renal, mas foi um cateter que acabou levando-a à morte", diz Ekarinny. "Isso me fez pesquisar sobre infecções e descobri que não existia um cateter com propriedades antimicrobianas. Pensei em produzir eu mesma um cateter bioativo capaz de prevenir infecção de corrente sanguínea."

Na realidade, Ekarinny tentou solucionar dois problemas de uma só vez: como matéria prima para um cateter bioativo, a garota utilizou o líquido da castanha de caju, um resíduo agroindustrial que costuma ser descartado.

Após um ano de pesquisa, o cateter bioativo feito da castanha de caju se tornou realidade e, no dia 18 de maio, o experimento da Ekarinny ganhou dois prêmios na feira internacional de ciência e engenharia Intel ISEF, ocorrida nos Estados Unidos: um primeiro lugar na categoria Patent and Trademark Office Society e um quarto lugar em Translational Medical Science.

Realizada desde 1950, a Intel ISEF é a maior feira científica do mundo para estudantes que ainda não chegaram ao ensino superior. Cientistas ganhadores do Nobel estão entre os jurados.

"Quero patentear minha invenção, já que o cateter bioativo pode ser produzido em larga escala e comercializado com baixo custo – ele custa apenas 10 centavos – e com o aproveitamento de um resíduo industrial brasileiro", explica Ekarinny, que desenvolveu sua pesquisa no quintal de casa porque sua escola, a E.E. Prof. Hermógenes Nogueira da Costa, na periferia de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte, não tem laboratório.

"Pensava que primeiro lugar era impossível"

Na Intel ISEF 2019, a delegação brasileira foi a mais premiada da América Latina e a

décima mais premiada dos 81 países participantes.

O maior prêmio para o Brasil foi o de Juliana Davoglio Estradioto, de 18 anos, do Rio Grande do Sul, que conquistou o primeiro lugar na categoria Materials Science por ter desenvolvido uma embalagem biodegradável feita a partir dos resíduos agroindustriais da noz macadâmia. A estudante é a primeira do país a conquistar o prêmio.

"Utilizo o resíduo da macadâmia como se fosse um alimento para micro-organismos que produzem este material biológico, umas membranas", explica a jovem pesquisadora. "Essas membranas são incríveis, pois são multifuncionais: é um material que poderia ser aplicado desde a área biomédica, como alternativa aos plásticos, até como matéria-prima para roupas. Também há pesquisas que investigam sua utilização como veias artificiais para o corpo humano."

Esta foi a terceira vez que Juliana foi selecionada para participar na ISEF. "Em todas as vezes, pensava que era impossível ganhar o primeiro lugar, pois apenas 2,5% dos projetos ganham esse reconhecimento", comenta a gaúcha, que na edição de 2018 ganhou uma bolsa de estudos para a Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, ao apresentar a confecção de um plástico biodegradável feito a partir da folha do maracujá e que pode ser utilizado no campo, para embalar mudas de plantas.

Juliana, que sempre estudou em escolas públicas, desenvolveu suas pesquisas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus de Osório, cidade com cerca de 40 mil habitantes, no litoral do estado.

Desde 2015, as descobertas da jovem ganharam mais de 40 prêmios e menções honrosas, sendo que ele receberá um dos prêmios somente no final do ano, quando se tornará a primeira estudante brasileira a ser selecionada para acompanhar a cerimônia de entrega do Nobel.

"No Brasil se faz pesquisa, sim"

Ekarinny desenvolveu todas as suas pesquisas enquanto era aluna da rede pública do Rio Grande do Norte. "A minha professora de biologia, Luísa Kiara, sempre nos incentivou e nos capacitou para a pesquisa científica", conta, acrescentando que, apesar de a escola não ter boa estrutura física, "os professores e a direção da escola fazem a diferença. Por causa deles, meu ensino foi bom".

A primeira vez que uma pesquisa de Ekarinny foi premiada foi em 2016, na Feira de Ciências do Semiárido Potiguar, feira estadual para estudantes do sertão semiárido, por ter desenvolvido uma embalagem biodegradável feita da folha seca do cajueiro. De lá para cá, a jovem conquistou outros 32 prêmios.

Um desses prêmios foi uma bolsa de pesquisa do CNPq, no valor de R\$ 100 mensais, com duração de um ano, recurso que Ekarinny usou para ajudar no desenvolvimento do cateter bioativo. "Essa ajuda foi boa, mas não vejo R\$ 100 como um incentivo à pesquisa ou o suficiente e nem o mais importante para eu me dedicar aos meus estudos", pondera.

"Faz cinco meses que minha mãe faleceu, então o meu prêmio na ISEF 2019 foi mais do que vencer, significou não desistir dos meus sonhos, ter algo a que me apegar na dificuldade", afirma Ekarinny. "Além disso, esse reconhecimento internacional é a prova de que estudante de escola pública pode ser o que quiser ser, chegar aonde quiser chegar."

Apesar de estudar num instituto federal de ensino de qualidade, a trajetória de pesquisa de Juliana também não foi fácil. "Quando comecei a pesquisar, usava o laboratório de pães do meu campus do IFRS, que ficava embaixo do auditório do instituto", lembra a gaúcha, que tinha que viajar para uma cidade vizinha para testar a sua descoberta com os resíduos da macadâmia porque o laboratório da sua escola não tinha os equipamentos necessários.

"Agora há uma sala separada para as pesquisas no instituto, mas os recursos são poucos e dá para contar nos dedos da mão a quantidade de equipamentos que há nesse laboratório. Muitas vezes comprei reagente para a pesquisa do meu próprio dinheiro", diz Juliana. "Apesar disso, no Brasil se faz pesquisa, sim", defende a gaúcha, que sonha um dia ganhar o Prêmio Nobel.

topo ↕

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

Inscrições para pós-doc em Física vão até 31 de maio

O Programa de Pós-Graduação em Física (PFI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) recebe inscrições, para processo seletivo de uma bolsa de pós-doutorado, até sexta-feira da semana que vem, dia 31 de maio. O benefício, a ser concedido pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é no valor de R\$ 4,1 mil.

O pós-doutorado será supervisionado pelo professor doutor Andrea Paesano Júnior. Segundo informações do Edital 010/19 do PFI/UEM, estão aptos à candidatura os doutores com formação em Física da Matéria Condensada e com conclusão de doutorado há no máximo cinco anos. É necessário comprovar experiência, com artigos em revistas internacionais especializadas ou em tema principal da tese de doutorado, em um dos dois assuntos a seguir: síntese de materiais cerâmicos, materiais nanoestruturados, ligas metálicas ou filmes finos; caracterização de materiais inorgânicos por microscopia eletrônica, microscopia de força atômica, difração e fluorescência de raios X e técnicas de magnetização.

Inscreva-se – Para ser candidato, o doutor tem que escrever projeto de pesquisa com até 20 páginas (com cronograma para 12 meses), ter carta de aceite do supervisor, disponibilidade para dedicação integral e exclusiva ao projeto, não ter vínculo empregatício, dentre outras exigências.

Leia todo o edital. Em seguida, leve os documentos solicitados à secretaria do PFI – Bloco G-68, sala 7 do câmpus sede da UEM, em Maringá (PR) – ou enviá-los digitalizados para sec-pfi@uem.br. O prazo final de inscrição é 31 de maio e o resultado do processo seletivo será publicado em 3 de junho no www.pfi.uem.br.

topo ↕

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

Livro do Projeto Sorrir com Saúde é lançado em Maringá

A manhã desta quinta-feira (23) foi diferente para as crianças do Centro Municipal de Educação Infantil Nilza de Oliveira Pepino, localizado no Conjunto Ney Braga, em Maringá. Elas foram recebidas por autoridades da saúde e da educação de diversos municípios, que foram prestigiar o lançamento do livro *Sorrir com Saúde: construindo ações intersetoriais para a promoção da saúde bucal em centros de educação infantil*. A publicação reúne o passo a passo sobre a organização de um projeto de saúde bucal, que já atendeu mais de mil crianças em escolas e associações de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva.

A solenidade começou às 8h30, com o pronunciamento da coordenadora, a professora Mitsue Fujimaki, do curso de Odontologia e do Programa de Pós-Graduação em Odontologia Integrada, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que tem atividades na Clínica Odontológica, parte do Complexo de Saúde da UEM.

autoridades sorrir

Em primeiro lugar, ela agradeceu às parcerias que tornam o projeto *Sorrir com Saúde* uma realidade, representados pelos secretários e secretárias de educação, saúde e assistência social e pelos diretores dos Centros de Educação Infantil (CMEI) e das escolas do ensino fundamental.

Histórico – Em seguida, a professora lembrou que o projeto surgiu em 2008, como atividade do estágio supervisionado dos alunos da graduação no Centro de Educação Infantil Lar Bom Samaritano. Há cerca de seis anos, as atividades foram para o CMEI Nilza de Oliveira Pipino. Em 2014, com a criação do Programa de Residência em Saúde Coletiva e da Família, do Departamento de Odontologia, foi possível ampliar o atendimento às crianças (foto abaixo). As atividades foram ampliadas também para centros de educação infantil, em Marialva, e para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que atende crianças de alto risco social no contraturno escolar, atualmente chamado de Pró-arte.

Em 2017, a equipe conseguiu financiamento do Programa Universidade Sem fronteiras, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior do Paraná, e agregou ao projeto a participação de profissionais de Comunicação, Odontologia e acadêmicos de Odontologia e Estatística. O aumento da equipe permitiu expandir o projeto para crianças do ensino fundamental em Sarandi e Marialva, pensando na importância da preservação dos dentes permanentes. Em 2018, as atividades também chegaram ao Centro Espírita Maria Dolores, em Sarandi, e, em 2019, à escola Pedro Françoso, de ensino fundamental, em Paiçandu.

tratamento sorrir

“O que nos move neste ideal de trabalhar com crianças e doenças bucais é que a prevalência de cárie, desde os pequeninos, é alta. E esta doença atinge mais as crianças em vulnerabilidade social, sendo um grande problema para o seu desenvolvimento saudável e para um futuro feliz. Nos preocupamos, também, com a prevenção da cárie, que é uma ação de baixo custo. E procuramos fazer o diagnóstico cedo, quando a cárie é pequena, pois, assim, podemos resolver de maneira simples. Enfim, verificamos um resultado muito positivo em todos os locais que temos trabalhado: crianças mais tranquilas com a presença e o tratamento do dentista, crianças mais cuidadosas com sua

saúde, sem dor, que podem sorrir, brincar, aprender, ter um desenvolvimento saudável”, completou a professora Mitsue.

Apoios – As autoridades presentes ao lançamento também se pronunciaram. O coordenador da pós-graduação em Odontologia da UEM, Sérgio Sábio, lembrou que “ações de atendimento à comunidade são muito bem recebidas pelas agências que avaliam os cursos stricto sensu no Brasil, como a **Capes**”. O chefe do Departamento de Odontologia da UEM, Ângelo Pavan, agradeceu a coragem e a disponibilidade “da equipe de alunos e professores que tornam realidade uma ação tão importante para a saúde bucal das crianças”.

A professora Claudete Moreira Afonso Barbosa, diretora do CMEI Nilza de Oliveira Pipino, “agradeceu a oportunidade de trabalhar em conjunto com a UEM e de poder contribuir com a iniciativa de levar saúde integral para os alunos da escola”.

A secretária de Educação de Maringá, Gisele Colombari, perguntou às crianças presentes à cerimônia se elas tinham mesmo aprendido como cuidar dos dentes. A resposta da garotada foi unânime e bem animada: um sim em alto e bom som. A secretária, então, destacou a iniciativa do projeto que “atua com crianças com uma idade ideal para garantir um aprendizado para a vida toda”.

O deputado estadual Do Carmo disse que é bom estar presente em eventos como o do lançamento do livro. Especialmente, quando se é eleito pelo povo e se trabalha para ele. “Porque, assim, a gente conhece as coisas que estão sendo feitas e não corre o risco de realizar cortes de verbas onde não se deve. É preciso saber o que está e pode ser feito de bom, principalmente, pelas universidades. Saibam que estaremos sempre à disposição para ajudar em projetos como este, que podem mudar a realidade das crianças do nosso país”, declarou o parlamentar.

Por fim, representando a reitoria da UEM, a pró-reitora de Ensino, Leila Pessoa da Costa, destacou que só é possível realizar ações com essa expressão comunitária “quando se trabalha de forma colaborativa. No caso do projeto, os governos municipal, estadual e a força da universidade trouxeram e ainda trazem benefícios para a população. Esperamos, agora, que o livro lançado pelo grupo, possa ser uma ferramenta para estender o projeto para outros municípios”, disse a professora.

educacao sorrir

Atendimento – Depois da solenidade oficial, parte das autoridades presentes foi conhecer, na prática, o atendimento feito pelo projeto, que engloba ações educativas (foto acima), realizadas pelos alunos de graduação em Odontologia da UEM, e ações curativas nas crianças que apresentam cáries. Além disso, todos receberam um exemplar do livro *Sorrir com Saúde* e um copo com a logo do projeto.

Os autores do livro puderam conversar com os presentes. Além da professora Mitsue, a redação contou com os cirurgiões dentistas participantes do *Sorrir com Saúde* Josely Umeda; Matheus Cavassani Pereira; e Márcia Falleiros Evangelista da Rocha. Estavam também presentes as professoras que participaram do projeto da capa da publicação: Elisa Cordeiro Barbosa e Ana Elisa Ruckstadter (foto abaixo com os autores do texto). Elas trabalharam com as crianças do Infantil 4, do CMEI Nilza Pipino, propondo que

eles produzissem uma versão visual do poema *Leilão de Jardim*, de Cecília Meireles. O resultado ficou tão bom que é o cartão de visita do livro.

sorrir com saúde autores capa

Estiveram presentes ao evento desta quinta-feira, no CMEI do Conjunto Ney Braga, a seguintes autoridades, além das que se pronunciaram oficialmente: a secretária de Assistência Social de Marialva, Valéria Alves; o coordenador de Saúde Bucal de Maringá, representando o Secretário de Saúde, Michel Pereira Rangel; a secretária de Educação de Paçandu, Eliane Yakestest; coordenadora de Saúde Bucal de Ângulo, Daniele Lopes; coordenador de Saúde Bucal de Itambé, Clodoaldo Antoniassi; auxiliar de Saúde Bucal de Itambé, Yara Oliveira; coordenadora de Saúde de Paçandu, representando o Secretário de Saúde, Hailton Joaquim de Oliveira, Isabela Frejiani; e a presidente da Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá (AAHU), Miriam Bardeja; e a jornalista do Setor de Comunicação do HUM, Ana Paula Machado Velho, representando a superintendente do Hospital, Elisabete Kobayashi.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub condiciona desbloqueio de verba no MEC a fundo da Lava Jato

Em um vídeo publicado hoje nas redes sociais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, condiciona o desbloqueio de verbas no MEC (Ministério da Educação) a recursos provenientes de uma multa paga pela Petrobras nos Estados Unidos, no âmbito da Operação Lava Jato.

Hoje, cerca de R\$ 5,8 bilhões do orçamento da pasta estão contingenciados. Os bloqueios atingem recursos que vão desde a educação infantil até a pós-graduação. O valor da multa da Petrobras, no entanto, é de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

"Esse contingenciamento atual vai ser revertido", diz o ministro no vídeo. "O dinheiro que foi roubado da Petrobras vai ser direcionado para a educação, aonde (sic) a gente vai priorizar sim a educação básica, o ensino fundamental, o ensino técnico e também as despesas prioritárias das universidades."

Mas ainda não há garantia de que os recursos da multa paga pela Petrobras sejam enviados para a educação. Inicialmente, o dinheiro seria destinado a um fundo idealizado pelo MPF (Ministério Público Federal) do Paraná.

Vídeo incorporado

Abraham Weintraub



@AbrahamWeint

Como prometido, mais informações sobre o contingenciamento no MEC. É assim que se trabalha: com diálogo e transparência.

6.871

14:02 - 23 de mai de 2019

2.294 pessoas estão falando sobre isso

Informações e privacidade no Twitter Ads

[x]

O acordo que criaria o fundo foi contestado na Justiça e terminou suspenso pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), em março. Caberá a ele decidir o destino dos recursos.

No dia 15 de maio, quando foi convocado a prestar esclarecimentos no plenário da Câmara dos Deputados, Weintraub afirmou que estava costurando um acordo com a AGU (Advocacia Geral da União) e o Ministério Público para que parte do dinheiro recuperado da Petrobras fosse destinado para a saúde e para a educação --o que o ministro classificou como um "alívio" para as contas.

No dia seguinte, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) endossou a ideia, mas disse que quer dividir os recursos da multa entre o MEC e o Ministério de Ciência e Tecnologia, porque "precisamos investir em pesquisa".

Os anúncios foram feitos logo após uma série de protestos pelo país contra o bloqueio de verbas na educação.

Polêmicas

O primeiro anúncio de que seriam feitos bloqueios no MEC aconteceu no fim de abril. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", Weintraub afirmou que a pasta iria cortar 30% dos recursos discricionários (que envolvem gastos como luz e água, mas não salários) de universidades que estivessem promovendo "balbúrdia" e não apresentassem desempenho acadêmico esperado.

Na ocasião, o ministro citou três universidades: UFF (Universidade Federal Fluminense), UnB (Universidade de Brasília) e UFBA (Universidade Federal da Bahia), todas com melhora na avaliação feita por rankings internacionais.

Após críticas, o MEC recuou e passou a falar que o bloqueio valeria para todas as universidades e que era necessário para cumprir a meta fiscal.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, disse que o bloqueio foi feito de forma "preventiva" e poderia ser revertido com uma melhoria na economia do país, inclusive com a aprovação da reforma da Previdência.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Eduardo Bolsonaro recua sobre Revalida, mas defende mais vagas em medicina

Depois de "atravessar" um acordo costurado pelo pai, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), voltou atrás e prometeu tirar de tramitação o projeto de lei de sua autoria que isentava os profissionais dos Mais Médicos de prestar o Revalida, prova que regulariza o diploma e autoriza o trabalho no Brasil de médicos formados no exterior. Como alternativa, ele sugere a abertura de mais vagas em cursos de medicina no Brasil.

O deputado criou uma saia justa na semana passada ao propor um PL que condicionava a revalidação dos diplomas dos profissionais do Mais Médicos a uma "análise curricular" feita por alguma "Instituição de Ensino Superior no Brasil reconhecida pelo MEC".

O projeto de Eduardo contrariava uma promessa de campanha presidencial do pai, que defendeu o Revalida para "qualquer estrangeiro", e "atravessava" um compromisso do

presidente com o CFM (Conselho Federal de Medicina), que no dia 16 de abril se reuniu com Bolsonaro e com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para tratar do assunto.

"O deputado atravessou essa discussão. Quando pedimos uma audiência com o presidente, ele nos recebeu em dez dias", contou ao UOL Mauro Luís de Britto Ribeiro, vice-presidente do CFM, quando a reportagem do UOL tratou do projeto. "Tivemos quase uma hora e meia de reunião. Falamos sobre alguns temas, como o Revalida, e ele foi muito receptivo. Esse já tinha sido um compromisso de campanha."

Após repercussão, Eduardo Bolsonaro voltou atrás. Em publicação em seu perfil no Instagram, ele conta que se reuniu com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e prometeu segundo a postagem retirar seu projeto de tramitação e criar um grupo de trabalho "para definir critérios para o Revalida".

Eduardo disse que esse grupo também discutirá a abertura de mais vagas de cursos de medicina no Brasil. "O objetivo é evitar que o brasileiro busque universidades mais baratas no exterior e de qualidade duvidosa, notoriamente perto da fronteira do Brasil", afirmou.

Assim sendo, não se faz mais necessário o projeto de lei que propus semana passada - e que estou retirando de tramitação - que de fato buscava sanar uma situação emergencial e chamar a atenção para a falta de médicos, a missão deste PL já foi cumprida.
Deputado Eduardo Bolsonaro

O PL 2842/2019, no entanto, continuava como em tramitação, "aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados", segundo informou na manhã de hoje o site da Casa.

"Politicagem", diz AMB

Vice-presidente da AMB (Associação Médica Brasileira), Diogo Leite Sampaio concorda com a decisão de Eduardo de tirar seu projeto de tramitação porque seria "um crime" revalidar o diploma de um médico "apenas por participar de um programa público, como o Mais Médicos". Quanto à decisão de criar mais cursos de medicina, Sampaio pensa diferente.

"Não se pode tratar com politicagem um assunto tão importante", diz o médico, que acusa o governo federal de, no começo da década, desregulamentar a abertura de escolas médicas no país.

De acordo com a entidade, o Brasil criou 154 faculdades de medicina desde 2011; 61% (95) particulares. "A maioria é privada e ruim. Hoje nem é obrigatório que a faculdade tenha um hospital universitário. É como aprender a dirigir no banco do carona", aponta Sampaio.

Com a desregulamentação, as mensalidades dispararam. Segundo a AMB, a taxa passou de R\$ 700 para até R\$ 15 mil em dez anos. A média, diz Sampaio, é de R\$ 8.000.

Para o médico, o Revalida deveria acontecer "todos os anos" e avaliar o diploma tanto

de estrangeiros quanto de quem se formou no Brasil.

O paciente que encontra o médico de jaleco branco não sabe se ele foi bem formado. Cabe ao governo avaliar esse médico e não criar mais faculdades de medicina.

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Pesquisa da UEL para substituir plástico tem status de pioneira

A preocupação com a poluição ambiental deixada por resíduos plásticos na natureza já norteava as pesquisas na UEL (Universidade Estadual de Londrina) há duas décadas. Os primeiros estudos com materiais biodegradáveis para substituir o plástico em embalagens tiveram início em 1999, pela professora Maria Victória Eiras Grossmann, do departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos. À época, o campo era quase inexplorado e o avanço alcançado nos estudos tornou a universidade reconhecida pelos biodegradáveis preparados a partir do amido de mandioca.

Atualmente, os professores Fábio Yamashita, do departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, e Susana Mali de Oliveira, do departamento de Bioquímica e Biotecnologia, conduzem as pesquisas em parceria entre os dois centros que representam, Ciências Agrárias e Ciências Exatas, respectivamente. Os pesquisadores e estudantes produzem em laboratório embalagens a partir do amido de milho com adição do glicerol e resíduos industriais ricos em celulose, como o bagaço da cana de açúcar ou casca de aveia, por exemplo.

A mistura desses materiais é submetida à termoformagem, isto é, passam por uma máquina que dá forma às embalagens, sob temperatura de 1300 °C e pressão de 100 bar. A escala de produção das bandejas é pré-industrial, o que deixa o produto muito próximo da viabilidade comercial.

Outras universidades do país, como Unicamp, UEM (Maringá) e USP campus Pirassununga, já foram parceiras nas pesquisas da UEL. Hoje em dia as pesquisas dedicadas ao tema são muito mais numerosas, o que denota a preocupação da comunidade científica com o assunto da substituição do plástico, seja no Brasil ou mundialmente.

DO LABORATÓRIO À PRATELEIRA

O baixo custo que o plástico conquistou ao longo do tempo é um dos fatores que determinou sua expansão na indústria. À medida em que o acesso foi facilitado para diversos usos comerciais, o material passou a substituir vidro, papel e outros materiais que até então eram padrão. O rápido aumento na presença do plástico em produtos do dia a dia e embalagens é motivo de alerta internacional pelo volume descartado no meio ambiente. Segundo relatório das Nações Unidas para a campanha Agenda 2030, os oceanos contêm 13 mil pedaços de lixo plástico em cada quilômetro quadrado.

Para o professor Yamashita, sem uma política pública que regule o uso indiscriminado do plástico na sociedade, pouco poderá se avançar na questão. “O plástico está presente em muitos produtos que usamos e há pouca regulação sobre seu uso no Brasil. Se não houver uma demanda mais forte por responsabilidade das indústrias, com foco maior em avanço para pesquisas de materiais alternativos, não vai haver mudança significativa. Esse problema não é só brasileiro, outros países e suas indústrias precisam lidar com o tema também”, complementa.

Este é o principal empecilho para que o produto desenvolvido nas pesquisas da UEL chegue às prateleiras. Sem uma regulamentação que demande maior presença de material biodegradáveis na composição dos plásticos, a comercialização de qualquer solução obtida é inviável.

Segundo Oliveira, o preço obtido com os polímeros tradicionais é imbatível se comparado com a pequena escala dos novos materiais biodegradáveis. “Dependendo do uso pretendido, o custo de uma embalagem biodegradável pode chegar a 5 ou até 10 vezes mais que as de produtos plásticos convencionais. Sem um incentivo que permita baixar o preço, não haverá espaço para as novas soluções entrarem no mercado”, afirma.

A pesquisadora acredita que esta seria a forma de criar um ciclo virtuoso, com melhora em todos os sentidos. “Estamos deixando toda a tecnologia desenvolvida para quando o mercado estiver apto a receber esse material. Aqui temos tecnologia, temos as patentes, temos pessoal formado e o know how, o que falta é o mercado poder receber os produtos mais ecologicamente corretos. A diferença em relação aos países mais desenvolvidos, é que por lá a legislação veio antes”, explica.

Outra medida de importância, segundo os especialistas da UEL, é a mudança de cultura, com iniciativas educacionais para reduzir o uso do plástico não biodegradável e promover a conscientização do papel de cada um na natureza em seu entorno.

Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma medida para banir o uso de alguns produtos plásticos - como copos e garrafas - entre os países membros, que entra em vigor em 2021. Serão proibidos plásticos descartáveis que já possuem alternativas em outros materiais e os plásticos oxi-degradáveis, os quais apenas se reduzem a micropartículas, porém não deixam de se espalhar pela natureza. Faz parte da medida também, a obrigação de fabricantes em assumir custos de limpeza e reciclagem de produtos plásticos poluentes.

DIFERENÇA DE CONCEITOS

A WWF Internacional, sigla para a organização Fundo Mundial para a Natureza, divulgou em março um relatório sobre países que mais consomem plástico e o Brasil está em 4º lugar. São mais de 11 milhões de toneladas produzidas por ano, mas a taxa de reciclagem é de 1,28% apenas. A média global entre os países que reciclam é de 9%. O volume de resíduos no Brasil fica atrás somente de outros três países mais populosos: Estados Unidos, China e Índia. A média no país corresponde a um quilo de plástico por semana para cada brasileiro.

As combinações que dão origem aos plásticos são muitas, assim como os nomes utilizados pelos fabricantes para dizerem que um produto é “100% verde”. O professor Fabio Yamashita, da UEL, ressalta a diferença de conceitos para os biodegradáveis. “O plástico biodegradável mais correto para o meio ambiente é o que vem de fonte renovável, aquele que vai ser consumido totalmente por microrganismos da natureza com o tempo”, explica. “Há plásticos chamados de biodegradáveis, mas que não vêm de fonte renovável, são feitos a partir do petróleo. Não perdem seu volume ao longo do tempo, o que não resolve o problema do descarte incorreto”, complementa.

SEM SUBSTITUTOS

Outro conceito que comumente é mencionado como seguro é o dos saquinhos de

supermercado oxi-biodegradáveis. “Na verdade, a oxidação só promove um esfarelamento das sacolinhas, sem reduzir seu volume totalmente. É um polietileno e não é biodegradável. Fica invisível, porém prejudicando a natureza, pode cair em lençol freático”, descreve o professor.

Para Yamashita, por outro lado, o plástico tem funções que ainda não têm substitutos. Seja por seu baixo peso, resistência e outras características, e por isso não se pode condenar seu uso totalmente. O problema está no uso indiscriminado pela sociedade quando já existem alternativas, como no caso das sacolinhas, e que são usadas em grande volume. A falta de políticas para a reciclagem é outro entrave à redução do plástico que polui.

INDÚSTRIAS

A Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), representante dos transformadores e recicladores de plástico, acredita que lei proibindo o uso de produtos plásticos, como canudos e outros produtos, não é a melhor solução para acabar com o plástico no meio ambiente, e sim que a gestão de resíduos sólidos no Brasil fosse melhorada. Por meio de nota enviada pela assessoria, diz que falta debate sobre consumo consciente e a responsabilização de todos os envolvidos: poder público, indústria e sociedade.

Ainda de acordo com a nota, há iniciativas para a de produção de plásticos 100% biodegradáveis, mas que não podem ser colocadas em prática por falta de incentivo do poder público e oferta suficiente de componente biodegradável para uso em larga escala.

RECURSOS

As pesquisas na UEL são mantidas em sua maior parte por recursos de órgãos de fomento à pesquisa, especialmente o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e também Fundação Araucária (estadual) e **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Foram estes recursos que viabilizaram a compra dos primeiros equipamentos, como a máquina de extrusão, que faz o material a partir do amido ser expelido em forma de filamentos, e foi decisiva para o avanço das pesquisas. Desses órgãos vêm também as bolsas de estudo para pesquisadores e estudantes, imprescindível para a manutenção das atividades.

Mas os recursos financeiros para as atividades das pesquisas vêm sendo limitados nos últimos anos. Outra preocupação é falta de funcionários na estrutura da universidade, com cargos que aguardam convocação de aprovados em concurso público. O desfalque leva ao acúmulo de funções pelos professores que precisam priorizar a formação de alunos e podem ter que deixar as pesquisas em segundo plano.

Os recentes anúncios de contingenciamento no orçamento e recolhimento de bolsas na pós graduação feitos pelo Ministério da Educação comprometeram 28 bolsas da universidade, segundo informações da Agência UEL de notícias.

Para Susana Mali de Oliveira, do departamento de Bioquímica e Biotecnologia, apesar das limitações impostas em especial nos últimos quatro anos, a produtividade do projeto é alta e de qualidade internacional. “Os números dos últimos cinco anos mostram como

já formamos doutores (11), mestres (12) e publicamos mais de três mil artigos, em periódicos nacionais ou internacionais.” O trabalho conjunto dos pesquisadores já rendeu também 5 patentes depositadas no Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e citações do trabalho da UEL em periódicos importantes para a área.

O processo de validação de patentes pode levar até dez anos para que seja completado, como explica a professora. “A checagem do ineditismo do produto é o que demora, pois é verificado no mundo todo se há uma ideia semelhante já certificada. Mas há a possibilidade de solicitar o uso mesmo durante a avaliação com algum reconhecimento para quem o propôs”. Como o tempo de verificação pelo Inpi é longo, a UEL ainda não pode usufruir de produto final patentado e receber direitos autorais sobre seu uso.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Todas as descobertas na medicina passaram por pesquisas

O impacto imediato do bloqueio é difícil de medir, segundo Patricia Ashton Prolla, pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas, mas com certeza existirá. “A maior parte das pesquisas é feita com alunos bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado, e coordenada por professores da Ufrgs. Se há redução das bolsas, há redução na quantidade de pessoas envolvidas nas pesquisas”, explica. A Ufrgs perdeu 62 bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, de pós-graduações de notas inferiores a 6.

Entre os 696 novos projetos aprovados em 2018, 72,4% envolvem pesquisas com seres humanos, 16,9% com base de dados, 8,4% com animais e 2,3% vinculados ao desenvolvimento. No ano passado, havia 3.041 pessoas participando de projetos de pesquisa clínica. “Todas as descobertas na medicina passaram por uma pesquisa, e não existe mágica: essas pesquisas passam por bolsas de fomento, custeio, disponibilização de recursos”, defende Patricia. A coordenadora tem sentido uma redução gradual dos recursos para pesquisa desde 2017, especialmente em agências públicas. “Mesmo para pesquisadores produtivos, é cada vez mais difícil obter recursos que sustentem atividades de pesquisa. Sentimos o cerco apertar de várias formas, então não é fácil trabalhar em projetos de pesquisa de ponta, que exigem pessoas e insumos”, lamenta. O Hospital de Clínicas possui dois grandes grupos de projeto de pesquisa – um envolve análises de bancada, que demandam bons laboratórios e insumos, e o outro envolve pesquisas clínicas, as quais dependem da compra de medicamentos, pessoas para atender os pacientes e acompanhar o tratamento, bem como exames a serem feitos. Patricia destaca que a carreira de pesquisador já é muito difícil, porque demanda que o profissional seja criativo e competente tecnicamente e inovador, para vencer editais concorridos. “Quanto menos recursos temos, mais complicado demonstrar tudo isso. Essa situação gera desestímulo e frustração em uma carreira que já exige muita tolerância e perseverança”, avalia. A coordenadora revela que viu muitas mentes brilhantes desistirem de serem pesquisadoras e procurarem áreas de atuação mais fáceis e menos desafiadoras.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Pesquisas no Hospital de Clínicas serão afetadas por bloqueio do MEC

Estudos realizados por professores e alunos mudam a vida de pacientes

Eli Ana Stein Reboredo, de 63 anos, enfrenta um melanoma, tipo de câncer que se desenvolve nas células responsáveis pela pigmentação da pele. Porém, desde outubro, quando começou a participar de uma pesquisa sobre um tratamento novo na Unidade de

Pesquisa Oncológica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, as manchas e casquinhas diminuíram, e ela se sente muito melhor. "Tenho que agradecer a Deus por ter chegado até aqui", comenta. Esta e outras centenas de pesquisas da instituição, contudo, serão afetadas pelo bloqueio de 30% nos recursos das universidades federais, uma vez que são realizadas por professores e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

O anúncio de ontem, da liberação de R\$ 1,588 bilhão para o Ministério da Educação (MEC), que fez o orçamento da pasta voltar para a situação de março, não significa que a verba retornará às universidades federais. A decisão de como gastar o dinheiro caberá ao próprio MEC. Isso porque outras áreas, como a Educação Básica, também sofreram cortes no início do ano. Na prática, o contingenciamento (bloqueio) de verbas do ministério voltou para R\$ 5,84 bilhões, valor estabelecido em decreto editado em 29 de março.

No início do mês, o governo tinha editado um decreto remanejando cerca de R\$ 1,6 bilhão de gastos discricionários (não obrigatórios) de instituições federais de Ensino Superior para outras pastas. A decisão tinha elevado o bloqueio na pasta para R\$ 7,43 bilhões.

Celeiro de pesquisas inovadoras na área da saúde, o Hospital de Clínicas inicia em torno de 600 pesquisas a cada ano, chegando a 696 em 2018. Os estudos são diversos - testes com novos medicamentos ainda não disponíveis no mercado, novas formas de diagnóstico e tratamento, novos processos que agilizam o diagnóstico e o tratamento, entre tantos outros, que já salvaram ou mudaram a vida de milhões de brasileiros. Atualmente, são 3.041 participantes de pesquisas clínicas, que recebem remédios e tratamento gratuito.

No caso de Eli Ana, a pesquisa é para verificar a eficácia de um novo tratamento contra o melanoma. Moradora de Pelotas, a dona de casa se desloca até Porto Alegre a cada 15 dias para fazer consultas e exames. Antes de chegar ao Clínicas, passou por diferentes médicos em seu município, e um deles sugeriu que ela se inscrevesse para participar da pesquisa, que se iniciaria em breve. Aprovada, hoje integra os dois braços do programa: toma comprimidos e faz medicação intravenosa.

A pelotense critica quem diz a ela que está sendo "cobaia" da pesquisa e afirma que não sabe onde estaria se não estivesse no programa. "O melanoma estava se espalhando muito rápido e já não era possível fazer cirurgia", lembra. Eli Ana sonha que os testes realizados na pesquisa sirvam para qualificar cada vez mais o tratamento, para que as próximas gerações possam usufruir dos resultados.

Pedro Paulo Araújo de Quadros, de 74 anos, participou durante dois anos de uma pesquisa sobre hipertensão do programa Prever, de nível nacional, realizada pelo Clínicas. Não cansa de dizer que o programa mudou sua vida. "É fantástico. Mandeí até uma carta para o Ministério da Saúde parabenizando pelo projeto. Aprendi a comer, a me cuidar, a fazer exercícios físicos e a evitar o sal. Sal, aqui em casa, não entra", ressalta.

Sua relação com o hospital começou em um passeio pelo Mercado Público, onde uma equipe de médicos media a pressão de pessoas com 60 anos ou mais. Na época com 67 anos, Quadros foi diagnosticado com hipertensão e convidado para fazer parte da

pesquisa. "Eu não fazia nem ideia de que existia esse problema, porque ele é silencioso e não se manifesta, a não ser em casos fatais", observa.

O idoso elogia o tratamento multidisciplinar oferecido no Clínicas, com profissionais de áreas como geriatria, cardiologia, urologia e nutrição. "Eu não tenho nem ideia de quanto gastaria se não participasse desse programa, porque são muitos exames, testes e profissionais. Eu só não tinha pediatra", brinca.

Todas as descobertas na medicina passaram por pesquisas

O impacto imediato do bloqueio é difícil de medir, segundo Patricia Ashton Prolla, pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas, mas com certeza existirá. "A maior parte das pesquisas é feita com alunos bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado, e coordenada por professores da Ufrgs. Se há redução das bolsas, há redução na quantidade de pessoas envolvidas nas pesquisas", explica. A Ufrgs perdeu 62 bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, de pós-graduações de notas inferiores a 6.

Entre os 696 novos projetos aprovados em 2018, 72,4% envolvem pesquisas com seres humanos, 16,9% com base de dados, 8,4% com animais e 2,3% vinculados ao desenvolvimento. No ano passado, havia 3.041 pessoas participando de projetos de pesquisa clínica. "Todas as descobertas na medicina passaram por uma pesquisa, e não existe mágica: essas pesquisas passam por bolsas de fomento, custeio, disponibilização de recursos", defende Patricia.

A coordenadora tem sentido uma redução gradual dos recursos para pesquisa desde 2017, especialmente em agências públicas. "Mesmo para pesquisadores produtivos, é cada vez mais difícil obter recursos que sustentem atividades de pesquisa. Sentimos o cerco apertar de várias formas, então não é fácil trabalhar em projetos de pesquisa de ponta, que exigem pessoas e insumos", lamenta. O Clínicas possui dois grandes grupos de projeto de pesquisa - um envolve análises de bancada, que demandam bons laboratórios e insumos, e o outro envolve pesquisas clínicas, as quais dependem da compra de medicamentos, pessoas para atender os pacientes e acompanhar o tratamento, bem como exames a serem feitos.

Patricia destaca que a carreira de pesquisador já é muito difícil, porque demanda que o profissional seja criativo e competente tecnicamente e inovador, para vencer editais concorridos. "Quanto menos recursos temos, mais complicado demonstrar tudo isso. Essa situação gera desestímulo e frustração em uma carreira que já exige muita tolerância e perseverança", avalia. A coordenadora revela que viu muitas mentes brilhantes desistirem de serem pesquisadoras e procurarem áreas de atuação mais fáceis e menos desafiadoras.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Alemanha quer atrair pesquisadores brasileiros (não precisa saber alemão) Há oportunidades de pesquisa e financiamento em universidades de excelência e em outras instituições da Alemanha

São Paulo – Pesquisadores brasileiros com doutorado interessados em conhecer as opções de pós-doutorado oferecidas por instituições e universidades da Alemanha podem se inscrever em dois seminários que vão ser realizados em São Paulo, no dia 4 de junho, e também em Belo Horizonte, no dia 6 de junho.

Representantes das Freie Universität Berlin (FU Berlin), Technische Universität München (TUM), Universidade de Münster (WWU) e Aliança Universitária do Ruhr (UA Ruhr) no Brasil vão explicar as possibilidades que existem no país para pesquisadores durante os eventos que têm 50 vagas cada um.

As inscrições vão até o dia 27 de maio podem ser feitas por estes links: Seminário São Paulo Seminário Belo Horizonte. Os eventos serão em inglês, domínio do idioma alemão não é uma exigência para os pós-doutorandos na Alemanha.

A co-organização das palestras informativas é do Centro Alemão de Ciência e Inovação (DWIH São Paulo) com o suporte da Fundação Alexander von Humboldt (Alexander von Humboldt-Stiftung – AvH).

“Existem várias opções de bolsas de estudo, como a **Capes-Humboldt** para pós-doutorado, por exemplo”, diz Marcio Weichert, coordenador do DWIH em São Paulo.

Mesmo com as recentes suspensões de bolsas de estudo pela **Capes**, o programa em parceria com a Humboldt foi preservado. “O pesquisador quando volta ao Brasil continua fazendo parte da rede da fundação que tem mais de 28 mil bolsistas de diferentes partes do mundo”, diz.

Além do apoio para pesquisa, a Fundação Humboldt oferece subsídios para equipamentos e livros e, no programa em conjunto com a **Capes**, completa o valor da bolsa auxílio para que fique igual ao valor recebido por todos os seus bolsistas na Alemanha. A fundação possui mais de 28.000 mil ex-bolsistas em diferentes países.

Além dessa e outras bolsas de estudo, os seminários vão trazer informações também para quem vai com recursos próprios e também para pesquisadores de pós-doutorado que podem ir contratados por empresas. “Nesse caso, os brasileiros vão com contrato de trabalho temporário”, explica Weichert.

apostilas em pdf opção

Os pós-doutorandos costumam ser remunerados com bolsas de estudo ou salários, de acordo com a relação com a instituição de pesquisa. Há oportunidades de pesquisa e financiamento em universidades de excelência e em outras instituições da Alemanha como DFG (Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa), DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) e AvH (Fundação Alexander von Humboldt). Pós-doutorandos que já estiveram da Alemanha também estarão presentes nos seminários.

Nos dois eventos, haverá representantes do consulado alemão para dar informações sobre a questão de visto. “Há casos em que brasileiros não precisam de visto prévio, podendo solicitá-lo em até 90 dias após sua chegada na Alemanha. A situação depende de como o pós-doutorando será financiado: se por bolsa, salário ou recursos próprios, se levará familiares, entre outras variáveis”, diz Weichert.

Interesse em atrair pesquisadores não é novidade no país

O investimento na atração de pesquisadores altamente qualificados em nível de pós-doutorado não é algo novo na Alemanha e não tem ligação com a recente necessidade do país por imigrantes qualificados. “Esses programas de atração de mão de obra qualificada miram profissionais com graduação nas áreas de TI, medicina,

enfermagem”, explica o coordenador do DWIH.

Já os estudantes de pós-doutorado são recrutados para trabalhar na área de pesquisa e grande parte dos brasileiros retorna para o Brasil depois que termina a pesquisa. “A Alemanha tem uma política de flexibilização e não força que o pesquisador fique no país porque o investimento é em pesquisa feita por redes”, diz Weichert.

Nessa modalidade, a pesquisa não conhece barreiras geográficas e feita de forma colaborativa por vários pesquisadores do mundo. “Cada pesquisa uma parte específica e isso acelera os avanços da Ciência”, diz Weichert.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Professora corre risco

Lília Melo foi premiada pela **Capes** com viagem para aperfeiçoamento no Canadá. A professora Lília Melo, premiada como melhor docente do Brasil na categoria Ensino Médio, em 2018, durante a 11ª edição do Prêmio Professores do Brasil, corre risco de perder parte da premiação, uma viagem ao Canadá oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para proporcionar novos conhecimentos e experiências educacionais. Na madrugada de ontem, como relatou em uma rede social, ela teve um voo cancelado, no qual faria o trecho Belém-São Paulo. Na capital paulista, a professora faria uma biometria, agendada para quarta-feira, 22, para retirar o visto para o Canadá e seguir viagem, marcada para amanhã. Segundo a educadora, ela estava desde a madrugada no Aeroporto Internacional de Belém e a companhia aérea que cancelou o voo não a teria auxiliado para realocamento imediato, mesmo após explicação das condições. A professora pretende, agora, tentar um reagendamento para sua biometria, por meio do Ministério da Educação (MEC), em virtude do ocorrido. De acordo com ela, a esperança é conseguir marcar o procedimento para hoje. Procurada pela reportagem, a companhia aérea informou que o voo G3 9015 (Belém-Brasília) foi cancelado em virtude de problemas técnicos apresentados pela aeronave. Segundo a empresa, uma limitação técnica foi identificada antes da decolagem e, em virtude disso, foi necessário que a aeronave passasse por uma revisão de manutenção - o que resultou no cancelamento do voo. A companhia também lamentou o ocorrido e os “transtornos causados” e afirmou que os clientes estão sendo assistidos e já foram reacomodados em um “voo reforço”, ao reiterar que “medidas como estas visam a segurança de todos”.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Ministro defende mensalidade na pós-graduação

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem ser contra cobrança de mensalidade de alunos na graduação, mas sugeriu que isso ocorra para a pós-graduação, como em alguns cursos de mestrado.

- Cobrar dos alunos de graduação, eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas. Mas, as vezes, é de família rica e tem pai desnaturado. Eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar. O aluno de graduação, acho que não, esse a gente poderia postergar. Mas o de pós, esse tem condição de pagar - disse durante audiência em comissão da Câmara dos Deputados.

Segundo o ministro, a cobrança não valeria para todos os cursos:

- Não é para toda pós-graduação, mas para algumas que têm visão de mercado, a gente aí poderia cobrar e daria mais receita em relação ao custo, energia e retorno financeiro.

Mais cedo, o ministro já havia dito ser contra a cobrança de mensalidade na graduação, mas afirmou que alunos dessa etapa estariam em situação privilegiada em relação aos de outros níveis. Ainda no encontro, o ministro tentou minimizar o impacto do contingenciamento de verbas para as universidades. Em nova tentativa de rebater críticas, Weintraub afirmou que universidades "não são um país à parte":

- Sou 100% a favor da autonomia universitária. Acho inclusive que tem que dar mais. Mas autonomia não é soberania. A universidade é de quem paga imposto. Ela não é um país a parte.

AUDIÊNCIA NA COMISSÃO TERMINOU EM TUMULTO

O titular do MEC também voltou a defender que haja maior incentivo à produção científica de algumas áreas, como medicina e odontologia, em detrimento de outras, como ciências humanas.

- Onde estão as bolsas e os recursos? Nas ciências humanas, aqui em cima - disse, mostrando gráficos. - A gente gasta, mas não tem resultado.

Em meio ao debate, parlamentares da oposição contestaram as declarações e saíram em defesa das universidades.

- Não vou dizer que o senhor é um cretino. Mas que algumas das suas declarações são cretinas - afirmou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), em referência à afirmação do ministro de que as universidades fazem "balbúrdia".

Em seguida, Braga exigiu que o ministro pedisse desculpas à sociedade por suas declarações à imprensa. Outros deputados também questionaram dados apresentados e a preparação de Weintraub para exercer o cargo. O ministro rebateu. Em resposta a deputados da Bahia, governada pelo PT, declarou que universidades estaduais também estão "em situação muito mais dramática do que qualquer coisa parecida que está acontecendo no governo federal". Houve bate-boca e tumulto entre parlamentares. A sessão foi retomada em minutos.

Ao usar a palavra, Weintraub disse que estuda apresentar, até o fim deste mês, medidas em apoio às universidades, como projetos de incubadoras de empresas dentro das instituições e fundos imobiliários, mas não detalhou as ações. Para ele, há pessoas que impedem a produção nesses locais.

Convocada para explicar os cortes nas verbas, a audiência terminou em tumulto entre parlamentares e movimento estudantil. A confusão começou após a presidente do colegiado, Marcivânia (PCdoB-AP), abrir espaço para que representantes dos estudantes pudessem falar. A abertura foi contestada por aliados do governo. Estudantes se

aproximaram da mesa e foram empurrados por seguranças. Minutos depois, o ministro saiu escoltado da comissão.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Governo libera verba para MEC

APÓS PROTESTOS, recursos da reserva orçamentária serão usados para evitar novos contingenciamentos até o mês de julho

A equipe econômica usou parte de uma reserva de emergência criada no fim de março para evitar novo contingenciamento no orçamento. Segundo o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério da Economia, o governo decidiu destinar R\$ 1,588 bilhão da reserva para recompor as verbas das pastas da Educação (MEC). O governo decidiu queimar ainda R\$ 2,223 bilhões da reserva para evitar cortes adicionais em outros órgãos do Executivo.

Com a medida, a reserva de emergência foi reduzida para R\$ 1,562 bilhão. Essa será a gordura que o governo terá para evitar contingenciamento adicional no orçamento no próximo relatório, no fim de julho. Originalmente, o governo teria de cortar R\$ 2,181 bilhões por causa da revisão para baixo do crescimento da economia. Ao utilizar as reservas, no entanto, o governo evitou o bloqueio no Poder Executivo. Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública da União sofrerão corte de recursos de R\$ 14,62 milhões.

REVISÃO DO ORÇAMENTO PREVÊ PIB COM ALTA DE 1,6%

Enviado a cada dois meses ao Congresso, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas orienta a execução do Orçamento Geral da União com base na revisão dos parâmetros econômicos e das receitas. Caso as receitas diminuam, o governo tem de fazer bloqueios para cumprir a meta de déficit primário - resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida - que é de R\$ 139 bilhões para este ano.

A previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 2,2% para 1,6% em relação ao relatório anterior, divulgado em março. A estimativa para a inflação oficial pelo IPCA saltou de 3,8% para 4,1% em 2019.

Também contribuiu para evitar novos contingenciamentos a revisão da projeção de arrecadação. A equipe econômica revisou as receitas para cima em R\$ 711,3 milhões, graças a itens extraordinários, como royalties de petróleo (R\$ 3,582 bilhões), dividendos de estatais (1,656 bilhão) e concessões (R\$ 286,7 milhões).

O contingenciamento adicional também foi evitado porque o governo revisou em R\$ 1,222 bilhão para baixo gastos obrigatórios, dos quais se destacam as despesas com pessoal e encargos sociais (-R\$ 1,148 bilhão) e os gastos com a Previdência (-R\$ 1 bilhão), além de subsídios e subvenções (-R\$ 555,1 milhões). Outras despesas obrigatórias foram revisadas para cima.

topo ↕

AGROLINK - TEMPO REAL

Estudo observa ação de causador da antracnose da soja

Resultados abrem caminho para controle biológico

Na área agrônômica, uma das linhas de pesquisa procura descobrir opções mais eficientes, econômicas e de baixo impacto ambiental para o controle de fitopatógenos. “O controle de doenças de plantas e a indução de respostas de defesa mediados por

fungos avirulentos tem sido descritas para vários patossistemas”, explica Renata Aparecida dos Santos Brito, autora de um estudo que verificou que algumas linhagens do patógeno *Colletotrichum truncatum*, agente causal da antracnose da soja, obtidos de plantas sem sintomas, comportaram-se como endofíticos e que outros causaram sintomas na parte aérea, com severidade variável.

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Fitopatologia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), comparou isolados de *Colletotrichum truncatum* obtidos de plantas assintomáticas e sintomáticas de soja, a fim de identificar características que os diferenciassem.

Para verificar se *Colletotrichum truncatum* endofítico é capaz proteger plantas de soja contra patógenos foram realizadas duas abordagens. “Na primeira utilizamos técnicas de bioquímica fitopatológica por meio de análises quantitativas relacionadas a respostas de defesa de plantas e, na segunda, avaliamos em casa de vegetação a severidade do mofo-branco (*Sclerotinia sclerotiorum*) em plantas pré-inoculadas com linhagem endofítica de *C. truncatum*”, explica a pesquisadora.

Plantas pré-inoculadas com *C. truncatum* endofítico e desafiadas com o *C. truncatum* patogênico tiveram aumento da quantidade de peróxido de hidrogênio (H₂O₂), sugerindo o efeito conhecido na literatura como priming. Nesse estado, as plantas respondem em níveis baixos quando inoculadas pelo agente indutor, porém, quando posteriormente inoculadas com um agente patogênico, o seu sistema de defesa responde de forma rápida e intensa. “Esse efeito pode estar relacionado tanto à resistência local quanto à sistêmica contra estresses bióticos e abióticos. Já o acúmulo de H₂O₂ desencadeado após o reconhecimento de um patógeno pode atuar na defesa das plantas. Essa espécie reativa de oxigênio (ERO) está envolvida, por exemplo, no reforço da parede celular, uma vez que o H₂O₂ é necessário para a biossíntese de lignina, ou mesmo agindo como um agente antimicrobiano direto”, detalha Renata.

Os resultados mostram redução de mais de 88% na severidade do mofo-branco em plantas de soja pré-inoculadas com isolado endofítico. Segundo a autora, a redução da doença pode ser devido à capacidade dessas plantas em aumentar a resposta de defesa mais rapidamente e em níveis maiores do que quando expostas ao endofítico isoladamente. “Nesse sentido, a descoberta do fator que estimula o sistema de defesa por *C. truncatum* endofítico bem como a prospecção de possíveis moléculas elicitoras se torna uma alternativa para o controle de doenças na cultura da soja”.

O trabalho teve orientação do professor Nelson Sidnei Massola Junior, do departamento de Fitopatologia e Nematologia. Teve apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

AL1 - TEMPO REAL

Pesquisa estuda formas de controlar e tratar crises epilépticas

Grupo acredita que intervenções que promovam o alinhamento dos ritmos em diferentes regiões do cérebro possam ser utilizadas para o tratamento das crises

A epilepsia é uma condição neurológica grave que afeta 1% da população mundial. Segundo dados apresentados pelo professor Daniel Gitaí, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), aproximadamente 30% dos pacientes não respondem ao tratamento

farmacológico e continuam a apresentar crises epiléticas recorrentes.

Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa em Epilepsia Clínica e Experimental (GPECE) do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), em colaboração com o Centro de Medicina Circadiana da Faculdade de Medicina (Famed) e com o Institute for Regenerative Medicine, Texas A&M College of Medicine, vem estudando formas de controlar e tratar as crises causadas pela epilepsia.

De acordo com Daniel Gitaí, não é possível prever quando o paciente vai ter uma crise epilética, porém, estudos têm mostrado que a ocorrência dessas crises é mais frequente em determinados horários do dia. “Na epilepsia do lobo temporal, por exemplo, as crises ocorrem mais frequentemente no início da manhã e no final da tarde”, analisa.

“O nosso grupo tem investigado as causas deste padrão temporal de ocorrência das crises. No trabalho de doutorado da Heloisa Matos, sob minha orientação, observamos que genes do relógio, que controlam ritmos biológicos, apresentam um funcionamento alterado no cérebro de ratos com epilepsia. Esses achados permitiram a formulação de um modelo para explicar a ocorrência temporal das crises epiléticas e de novas abordagens para o tratamento da epilepsia”, explica o professor.

O docente leciona Biologia Molecular em cursos de graduação e pós-graduação da Ufal e é coordenador do GPECE, formado por alunos de doutorado, mestrado e de estudantes de graduação vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

“A nossa hipótese é de que intervenções controladas, com o uso de fármacos, dieta, exercícios físicos, luz ou estímulos cognitivos, que promovam o alinhamento dos ritmos em diferentes regiões do cérebro de um paciente possam ser utilizadas para o tratamento das crises epiléticas”, alega o professor.

A pesquisa foi financiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Departamento de Defesa dos EUA.

Destaque internacional

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo têm alcançado um bom reconhecimento. Em março, a Science Trend divulgou um artigo do docente Gitaí publicado na revista Neuroscience & Biobehavioral Reviews. Segundo o pesquisador, o trabalho abordou a cronobiologia das crises epiléticas, propondo um modelo para explicar o padrão de ocorrência das crises e novas abordagens terapêuticas.

“Este é um momento de muita satisfação para todo o grupo. Fazer ciência não é fácil. Cada conquista é fruto de um esforço muito grande. Uma dedicação absoluta para seguir o rigor científico que a pesquisa exige. Ver a repercussão internacional de um trabalho idealizado aqui é, de fato, inspirador para nós e reforça nossa certeza de que estamos no caminho correto, correspondendo com responsabilidade aos investimentos da sociedade”, comemora o pesquisador.

O artigo completo publicado no Science Trends pode ser acessado neste endereço.

topo ↕

BLOG DO ANCELMO GOIS - TEMPO REAL

CAPES aprova primeiro mestrado em saúde voltada para negros e índios Mestrado em Saúde dos Negros

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, a **CAPES**, aprovou a criação de curso de Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena na Faculdade Federal do Recôncavo da Bahia. É o primeiro no Brasil.

topo ↕

FOLHA DIRIGIDA - TEMPO REAL

Revalidação e reconhecimento de diplomas do exterior Resolução CNE/CES 3/2016, editada pelo MEC, definiu que revalidação e reconhecimento deve ocorrer em até 180 dias

Olá! Tudo bem com você? Um dos muitos assuntos onde o preciosismo, a morosidade e outras distorções imperam no Brasil é a revalidação e/ou reconhecimento de diplomas obtidos no exterior. Tirando poucas exceções, o processo é muito demorado, possui baixa transparência e reproduz ou aprofunda uma série de disfunções burocráticas.

Para reduzir uma trajetória de ineficiência que chegou a produzir situações vergonhas em alguns casos, o MEC resolveu fazer aquilo que muitas universidades poderiam e deveriam ter feito: tornar minimamente racional a tramitação desse tipo de processo. Assim, as demandas por revalidação e/ou reconhecimento deixariam de correr no ritmo do bel-prazer das universidades e passariam a ter condições e prazos um pouco mais aceitáveis. Vamos entender melhor o cenário e as possibilidades? “Bora”?

A famosa LDB (Lei 9.394/2006: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm) definiu que caberia às universidades públicas a missão de revalidar e reconhecer os diplomas obtidos no exterior para que tivessem valor no território brasileiro. Pois bem. Depois de praticamente uma década de disfunções de todo tipo e de perdas incalculáveis, foi lançada em 22 de junho de 2016 a Resolução 3 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) – http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44661-rces003-16-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192.

Até então, era comum uma revalidação ou um reconhecimento demorar dois anos ou até mais (bem mais, em alguns casos) e não é que a Resolução CNE/CES 3/2016 definiu um prazo de 180 dias? Mas, como eficiência e outras virtudes não dependem apenas de decretos, o caminho até concretizar um mínimo de agilidade é um tanto longo, embora alguns avanços estejam começando a ocorrer.

Cumprindo o prometido, o MEC publicou em 14 de dezembro de 2016 a Portaria Normativa 22 (<https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/14122016-PORTARIA-NORMATIVA-N-22-DE-13-DE-DEZEMBRO-DE-2016.pdf>), que estabelece “normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior”.

Revalidação e/ou reconhecimento de diplomas obtidos no exterior: processo moroso no Brasil

O documento prometia a disponibilização de uma plataforma para subsidiar a execução

e gestão dos processos de revalidação e reconhecimento de diplomas. Assim, em março de 2017, foi lançada a Plataforma Carolina Bori (<http://carolinabori.mec.gov.br/>), que concentra diversas informações, legislações e opções tanto para as universidades (que operam nela através de adesão) quanto para os interessados em revalidar ou reconhecer diplomas.

O nome da plataforma é uma homenagem a Carolina Bori, ex-professora da USP que obteve formação também nos Estados Unidos e possui um vasto currículo, que vai desde pesquisadora associada da Universidade do Texas (EUA) até presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia, entre muitas outras experiências.

Na Plataforma Carolina Bori, o diplomado pode obter dados muitos mais claros e rápidos sobre capacidade de atendimento das universidades em cada curso (vagas disponíveis), programas avaliados e recomendados pela **Capes**, informações relevantes, legislações, opção de tramitação simplificada para algumas situações etc.

Não posso esquecer: o diplomado pode solicitar revalidação/reconhecimento e enviar documentação para análise através da própria plataforma. Antes, era preciso literalmente ficar batendo na porta das universidades e muitas vezes era preciso viver um verdadeiro caos documental e logístico para entregar a papelada. Houve algum avanço.

Também não havia segurança jurídica suficiente para as universidades, o que passou por alguma evolução recente. Aliás, não existia sequer um prazo mínimo para a tramitação dos processos, o que também foi corrigido pelas novas normativas desde 2016.

Como até a opção de muitas universidades para tornar algo mais célere costuma ser muito lenta (!!!), até o fechamento desta edição, 87 das 195 universidades (entre públicas e privadas) de todo o Brasil haviam formalizado adesão à Plataforma Carolina Bori. Em um ano e meio, menos da metade das universidades formalizou adesão. A lista das instituições que aderiram está aqui:

<http://plataformacarolinabori.mec.gov.br/consulta-publica/adesao/consulta>.

Diante de tudo isso, deixo aqui uma sugestão: se você vai revalidar ou reconhecer diploma estrangeiro no Brasil ou se conhece alguém que vai fazê-lo, acesse a Plataforma Carolina Bori para obter maiores informações e – quem sabe – poderá obter uma tramitação mais aceitável para o seu processo.

Ou, antes de formalizar processo em uma universidade que esteja fora da plataforma, analise bem para depois decidir. Retomaremos o tema em breve (espero que com um número maior de boas notícias).

Lançado o Módulo Postos de Trabalho e Aprendizagem

topo ↕

INOVAÇÃO.UNICAMP - NOTÍCIAS

Num colírio, a esperança

Atualmente, 13 milhões de brasileiros convivem com a Diabetes, número que representa 6,9% da população do país, de acordo com dados da Sociedade Brasileira de Diabetes. Uma das complicações da doença é a chamada retinopatia diabética, que pode comprometer a visão de pacientes e, em estágios mais avançados, levar à perda total e irreversível da visão. O quadro é consequência de alterações neurais e vasculares na

retina, ocasionadas pelo efeito da alta taxa glicêmica (glicose no soro). Mas, se de um lado há a doença e seus desafios, do outro, pesquisadoras da Faculdade de Engenharia Química (FEQ) e da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp podem ter a solução: um colírio que trata e previne a doença. A boa notícia é que a tecnologia deve chegar à população nos próximos anos.

Hoje em dia, já é possível encontrar outras opções terapêuticas para doença, como a fotocoagulação com laser, as injeções intravítreas e até mesmo cirurgias. Contudo, ao contrário da composição farmacêutica obtida na Universidade, todos estes métodos são invasivos, conforme destaca a pesquisadora Jacqueline Mendonça Lopes de Faria, responsável pelos estudos. “A formulação farmacêutica contida no colírio permeia as barreiras oculares, carreando o princípio ativo até a retina. O colírio que desenvolvemos, por ser em apresentação tópica, não oferece riscos ao paciente”, conta a pesquisadora, que se afastou de suas funções na Unicamp para criar a SIGHT, braço P&D da M. Lopes De Faria Oftamologistas Associados, empresa que licenciou, no ano passado e em caráter não-exclusivo, a tecnologia.

Amplamente noticiada em jornais e noticiários locais e nacionais, em 2016, a tecnologia despertou o interesse da população e de empresas e laboratórios farmacêuticos. A tecnologia, que conquistou recentemente também o Prêmio Empreenda Saúde, é um exemplo claro de como o investimento em pesquisa é capaz de gerar benefícios à sociedade. Entretanto, Jacqueline destaca que a composição ainda se trata de uma tecnologia embrionária e que demanda de desenvolvimento tecnológico complementar até se tornar, de fato, um produto e poder se utilizado em larga escala. “Apesar de várias grandes empresas da indústria farmacêutica terem mostrado interesse na tecnologia, o desenvolvimento de um novo colírio ainda é precoce e depende de novas pesquisas por parte das inventoras”, avalia Jacqueline.

E foi aí que surgiu a ideia do licenciamento para sua própria empresa. “A ideia é que, após novas pesquisas e desenvolvimento tecnológico, grandes empresas farmacêuticas realizem os testes clínicos em humanos e a comercialização do colírio”, completa. Ou seja, a M. Lopes De Faria vai atuar no modelo B2B, Business to Business, fornecendo a tecnologia para que outra empresa passe a comercializá-la e leva-la até os pacientes. “Nosso cliente é a empresa e não o consumidor final”, ressalta.

A expectativa é que o colírio possa ser utilizado em pacientes – tanto na prevenção, quando no tratamento da retinopatia diabética – nos próximos anos. Contudo, ainda há um longo caminho das pedras a ser percorrido, como lembra a pesquisadora e empreendedora. “Precisamos de recursos para realizar testes de segurança aqui no Brasil e no exterior e, depois, montar um dossiê que será encaminhado aos órgãos reguladores para dar início às fases de testes, que envolvem desde segurança até eficiência. Ainda temos um longo caminho pela frente”, frisa Jacqueline.

Um dos desafios da pesquisa está na produção em maior escala para a indústria farmacêutica. “As pesquisas devem convergir para o uso de matérias primas de alto grau de pureza, estabilidade do produto, escalonamento da produção para testes em uma maior população de animais e, posteriormente, em humanos”, complementa a professora Maria Helena Andrade Santana, da FEQ e que também participou do desenvolvimento da composição.

Vale lembrar que o uso da tecnologia já foi testado em ratos de laboratório experimentalmente diabéticos, obtendo resultados promissores. A composição se mostrou eficiente ainda ao promover efeitos protetores na retina funcional. No estudo in vivo conduzido na Unicamp, não foram observados efeitos colaterais adversos. “Nos experimentos, o uso do colírio possibilitou importantes efeitos neuroprotetores da retina em animais diabéticos, o que pudemos observar pelo eletroretinograma”, corrobora Jacqueline.

A responsável pelo desenvolvimento da composição destaca, ainda, o potencial do uso do colírio para tratar e prevenir outras doenças oculares. Ou seja, trata-se de uma formulação farmacêutica altamente promissora para a Oftalmologia. “A utilização do colírio é um facilitador na administração do fármaco, não apresentando os riscos de um procedimento intraocular ou dos danos irreversíveis da fotocoagulação a laser na retina do paciente”, avalia. Também atuaram no desenvolvimento da formulação farmacêutica a doutora Mariana Aparecida Brunini Rosales e Aline Borelli Alonso, mestranda na Engenharia Química. Os estudos contaram com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

OBSERVATÓRIO DA INTEGRAÇÃO - TEMPO REAL

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia lançam canal no Youtube

A divulgação científica tem sido debatida pelos grupos de pesquisa que participam do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do CNPq. Em abril, cerca de cem representantes de INCTs participaram de um encontro que objetivou articular ações conjuntas de transmissão do conhecimento científico para a sociedade. Promovido pelo INCT Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, o evento foi transmitido ao vivo e está disponível no Youtube ([clique aqui](#)).

Na ocasião, o Observatório das Metrópoles, representado por Tuanni Borba (Gestora da Comunicação) e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Coordenador Nacional), apresentou algumas de suas iniciativas de divulgação científica e propôs a criação de um grupo de trabalho voltado para a popularização da ciência nas mídias sociais.

Outro encaminhamento do encontro foi a criação de um canal conjunto dos INCTs no Youtube, lançado essa semana. [Clique aqui](#) para conhecer e se inscrever no canal.

A divulgação científica permite que a sociedade adquira conhecimento sobre ciência, conheça o quanto ela está presente em seu entorno e, especialmente neste momento crítico da educação e ciência no país, possa engajar-se na defesa dessa pauta.

Conforme nosso post recente, os contingenciamentos de 42% nas despesas de investimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e de 21% do Ministério da Educação (MEC) divulgados em março, somados ao corte de 30% nos recursos destinados às instituições federais de ensino superior (IFES) anunciado no final de abril pelo ministro da educação, ameaçam gravemente o funcionamento das IFES e das agências de fomento à pesquisa do governo federal (CNPq, Finep e Capes).

topo ↕

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mesmo após voo cancelado, professora consegue remarcar visto e irá ao Canadá

A educadora, que ganhou a viagem como parte do Prêmio Professores do Brasil, correu o risco de perder a premiação

A professora Lília Melo, premiada como melhor professora do Brasil na categoria Ensino Médio, em 2018, durante a 11ª edição do Prêmio Professores do Brasil, conseguiu, mesmo após ter o voo cancelado, fazer sua biometria na manhã desta quinta-feira (23) e encaminhar seu visto, o que lhe garante a ida ao Canadá programada para o próximo sábado (25). A viagem é parte da premiação oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** a todos os professores que venceram a etapa regional do prêmio. Lília foi a vencedora estadual, regional e nacional da premiação, mas corria o risco de ficar sem sua viagem, após ter um voo cancelado, na manhã de quarta-feira (22), e perder o agendamento de sua biometria, marcada para às 11h de ontem em São Paulo, como relatamos aqui. Com a mobilização que conseguiu nas redes sociais, Lília embarcou para capital paulista às 13h, mas ainda assim perdeu o agendamento, já que o procedimento só era realizado no turno da manhã. Com a ajuda de diversas pessoas e entidades que se mobilizaram por meio das redes sociais, a educadora conta que conseguiu remarcar o procedimento e fazê-lo nesta manhã, o que lhe permite embarcar, no próximo sábado (25), para o Canadá. Em conversa com a Redação Integrada, Lília agradeceu "a competência do MEC (Ministério da Educação), da **Capes**, da Infraero, da imprensa paraense e todos os amigos que nunca me deixam sozinha". "Gostaria de agradecer a todos que me apoiaram e que, direta ou indiretamente, me deram suporte num momento bem delicado dessa premiação. Foi um grande susto! Mas já passou. Houve pequenos danos no que diz respeito a eu ter que ir para um lado encaminhar documentos enquanto o grupo ia para outro conforme o roteiro de viagem. Mas deu tudo certo. Biometria realizada com sucesso, visto encaminhado. Alô, Canadá? Tô chegando. Agora é pegar a bandeira do Pará e levar a Terra Firme para Toronto, Ottawa e Montreal. O Pará está chegando!" comemora.

A VIAGEM

De acordo com Lília, a viagem, financiada pela **Capes**, é parte da premiação dos educadores que foram destaque em 2018. Todos os educadores premiados na etapa regional, até o último ano, ganhavam uma viagem ao exterior. Em 2019, somente os premiados na etapa nacional terão a viagem como prêmio. Lília e os outros educadores premiados irão conhecer, no Canadá, cidades com institutos de referência em educação no mundo. Como a professora destaca, na oportunidade, ela poderá "contar a história do projeto da Terra Firme que tirou mais de 40 jovens da realidade do tráfico para produção cinematográfica periférica". "Eles saíram da página policial para as páginas de cultura, arte e educação" conclui.

topo ↕

PORTAL TV CARIRI - TEMPO REAL

Setores se unem para implantar Centro de Desenvolvimento Regional

A Paraíba é um dos três estados selecionados como região-piloto para implementar o Centro de Desenvolvimento Regional (CDR). Trata-se de um esforço para alavancar o setor produtivo e a economia no interior. Sete projetos acadêmicos serão implementados na Região ancorada por Campina Grande, os quais somam um investimento de R\$ 3,6 milhões oriundos de convênio entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Governo do Estado.

O CDR integra o conhecimento acadêmico e a capacidade produtiva local para implementar estratégias inovadoras em atividades econômicas corriqueiras. São projetos voltados

para o uso sustentável de recursos hídricos, geração de energias renováveis, recuperação da vegetação degradada, apoio à agricultura familiar e economia local.

O CDR está em fase de implementação na Paraíba com o apoio do Governo do Estado, pela Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia (SEECT) e a Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq). É uma iniciativa do Ministério da Educação e coordenado nacionalmente pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Anúncio

“A ideia dos CDR é usar os conhecimentos existentes nas instituições de ensino superior e nos institutos de ciência e tecnologia para tratar os desafios do desenvolvimento nos territórios. A Paraíba é caracterizada por ser um celeiro de pessoas que pensam o Estado e a Nação brasileira”, afirma a coordenadora nacional do Programa CDR, Betina Ferraz, pelo CGEE.

Ferraz continua explicando que o projeto é alinhado às diretrizes da Agenda 2030 promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU): “O CDR tem um pé na ciência e tecnologia e o outro na promoção do desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento precisa ser inclusivo. Fazemos isso quando colocamos comunidades, poderes públicos e setores da economia para dialogar em torno de uma carteira conjunta”.

Modelo é reconhecido internacionalmente

Segundo o Secretário Executivo da Ciência e Tecnologia, Cláudio Furtado, a implantação do CDR reflete o conceito da Tríplice Hélice, um modelo de desenvolvimento reconhecido internacionalmente que reúne universidade-indústria-governo.

“A formação da agenda do CDR teve início na Paraíba em 2018, quando representantes da sociedade civil, do governo e das universidades de municípios da região de Campina Grande se reuniram em fóruns. Os participantes identificaram as necessidades para uma produção mais eficiente, com menos desperdício e melhores resultados”, informou Furtado.

A experiência-piloto será feita também no interior do Rio Grande do Sul e em São Paulo para dimensionar a ação em territórios com características sociais e econômicas diversas.

“O CDR trará mudanças estruturais para a Paraíba. As instituições de educação superior da Paraíba irão prover instrumentos inovadores para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, novas políticas públicas, além de outros insumos para o desenvolvimento regional. Pensando sempre nas características de cada localidade, e não de uma forma homogênea, como normalmente são as políticas públicas”, afirma Paulo Barone, assessor da comissão de desenvolvimento regional do Senado Federal e idealizador do projeto.

Projetos visam retorno social

Conforme o coordenador do CDR na Paraíba, Gesinaldo Ataíde Cândido, professor na

Universidade Federal de Campina Grande, os projetos paraibanos melhores posicionados no ranking foram aqueles com alto retorno social. Dentre eles, o projeto “Disseminação do uso de energia solar de forma comunitária e compartilhada”, que visa à capacitação técnica, aplicação e articulação política para o uso descentralizado de energia solar fotovoltaica, coordenado pelo professor do IFPB, Walmeran Trindade.

“O projeto se estrutura em três bases de conhecimento para fazer a instalação de pequenos sistemas de geração de energia em propriedades rurais familiares, pequenos empreendedores, escolas; em cooperativas de compartilhamento de energia a serem criadas. E a fase final é buscar o envolvimento de prefeituras de pequenos municípios para que façam a adesão a esses sistemas de geração de energia”, explicou o professor Walderan Trindade.

Projetos selecionados

A coordenação na Paraíba do CDR analisou mais de 450 projetos acadêmicos afins a tais demandas e pré-selecionou as propostas. Sete projetos foram aprovados pela coordenação nacional, juntamente com o governo da Paraíba, com foco em:

- Disseminação do uso da energia solar fotovoltaica descentralizada em áreas rurais e urbanas
- Práticas de conservação e recuperação de áreas degradadas através do uso de tecnologias alternativas
- Desenvolvimento de sistema simplificado de irrigação localizada por capilaridade para a agricultura familiar no semiárido
- Reuso da água proveniente de esgoto doméstico tratado para a produção agrícola em comunidades rurais
- Construção de um Sistema Interativo para os empreendimentos agroindustriais da Agricultura Familiar da 3ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba.
- Filtro de Água UV+G (Ultravioleta + Gravidade)
- Sistema de produção de biogás e biofertilizantes em empreendimentos agroindustriais 3ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba

[topo](#)

UNICAMP - TEMPO REAL

**No colírio, a esperança para os portadores de retinopatia diabética
O fármaco, que tem potencial para tratar e prevenir a doença, deve chegar à população nos próximos anos**

Atualmente, 13 milhões de brasileiros convivem com o diabetes, número que representa 6,9% da população do país, de acordo com dados da Sociedade Brasileira de Diabetes. Uma das complicações da doença é a chamada retinopatia diabética, que pode comprometer a visão de pacientes e, em estágios mais avançados, levar à perda total e

irreversível da visão. O quadro é consequência de alterações neurais e vasculares na retina, ocasionadas pelo efeito da alta taxa glicêmica (glicose no soro). Mas, se de um lado há a doença e seus desafios, de outro, pesquisadoras da Faculdade de Engenharia Química (FEQ) e da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp podem ter a solução: um colírio que trata e previne a doença. A tecnologia deve chegar à população nos próximos anos.

Atualmente, já é possível encontrar outras opções terapêuticas para doença, como a fotocoagulação com laser, as injeções intravítreas e até mesmo cirurgias. Contudo, ao contrário da composição farmacêutica obtida na Universidade, todos estes métodos são invasivos, conforme destaca a pesquisadora Jacqueline Mendonça Lopes de Faria, responsável pelos estudos. “A formulação farmacêutica contida no colírio permeia as barreiras oculares, carreando o princípio ativo até a retina. O colírio que desenvolvemos, por ser em apresentação tópica, não oferece riscos ao paciente”, conta a pesquisadora, que se afastou de suas funções na Unicamp para criar a SIGHT, braço P&D da M. Lopes De Faria Oftamologistas Associados, empresa que licenciou, no ano passado e em caráter não-exclusivo, a tecnologia.

Amplamente noticiado em jornais e noticiários locais e nacionais, em 2016, a tecnologia despertou o interesse da população e de empresas e laboratórios farmacêuticos. A tecnologia, que conquistou recentemente também o Prêmio Empreenda Saúde, é um exemplo claro de como o investimento em pesquisa é capaz de gerar benefícios à sociedade.

Entretanto, Jacqueline destaca que a composição ainda se trata de uma tecnologia embrionária e que demanda desenvolvimento tecnológico

complementar até se tornar, de fato, um produto e poder se utilizado em larga escala. “Apesar de várias grandes empresas da indústria farmacêutica terem mostrado interesse na tecnologia, o desenvolvimento de um novo colírio ainda é precoce e depende de novas pesquisas por parte das inventoras”, avalia Jacqueline.

E foi aí que surgiu a ideia do licenciamento para sua própria empresa. “A ideia é que, após novas pesquisas e desenvolvimento tecnológico, grandes empresas farmacêuticas realizem os testes clínicos em humanos e a comercialização do colírio”, completa. Ou seja, a M. Lopes De Faria vai atuar no modelo B2B, Business to Business, fornecendo a tecnologia para que outra empresa passe a comercializá-la e levá-la até os pacientes. “Nosso cliente é a empresa e não o consumidor final”, ressalta.

A expectativa é que o colírio possa ser utilizado em pacientes – tanto na prevenção, quando no tratamento da retinopatia diabética – nos próximos anos. Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido, como lembra a pesquisadora e empreendedora. “Precisamos de recursos para realizar testes de segurança aqui no Brasil e no exterior e, depois, montar um dossiê que será encaminhado aos órgãos reguladores para dar início às fases de testes, que envolvem desde segurança até eficiência”, frisa Jacqueline.

Um dos desafios da pesquisa está na produção em maior escala para a indústria farmacêutica. “As pesquisas devem convergir para o uso de matérias primas de alto grau de pureza, estabilidade do produto, escalonamento da produção para testes em uma maior população de animais e, posteriormente, em humanos”, complementa a

professora Maria Helena Andrade Santana, da FEQ, e que também participou do desenvolvimento da composição.

Vale lembrar que o uso da tecnologia já foi testado em ratos de laboratório experimentalmente diabéticos, obtendo resultados promissores. A composição se mostrou eficiente ainda ao promover efeitos protetores na retina funcional. No estudo in vivo conduzido na Unicamp, não foram observados efeitos colaterais adversos. “Nos experimentos, o uso do colírio possibilitou importantes efeitos neuroprotetores da retina em animais diabéticos, o que pudemos observar pelo eletroretinograma”, corrobora Jacqueline.

A responsável pelo desenvolvimento da composição destaca, ainda, o potencial do uso do colírio para tratar e prevenir outras doenças oculares. Ou seja, trata-se de uma formulação farmacêutica altamente promissora para a oftalmologia. “A utilização do colírio é um facilitador na administração do fármaco, não apresentando os riscos de um procedimento intraocular ou dos danos irreversíveis da fotocoagulação a laser na retina do paciente”, avalia.

Também atuaram no desenvolvimento da formulação farmacêutica a doutora Mariana Aparecida Brunini Rosales e Aline Borelli Alonso, mestrandas na Engenharia Química. Os estudos contaram com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Tabata Amaral (PDT-SP) diz que vai processar Weintraub por danos morais
Ministro distribuiu no Congresso prints de conversas com a deputada, que reclamou de ter expostos o número pessoal dela e de membros de sua equipe**

A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) disse nesta quarta-feira, 22, que vai processar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por danos morais. Segundo Tabata, o ministro distribuiu imagens que reproduziam conversas dela e de membros de sua equipe com funcionários do MEC que a convidavam para reuniões.

“Estou entrando com um processo por danos morais contra o senhor por distribuir em uma comissão pública o meu número pessoal, prints com o meu número pessoal, da minha equipe. É um constrangimento, não é uma atitude de um ministro, me envergonha”, disse a deputada. A fala de Tabata aconteceu diante do ministro Weintraub, durante audiência da Comissão de Educação ocorrida nesta quarta-feira, 22.

Antes de todos receberem os prints, o ministro da Educação afirmou ter chamado Tabata Amaral para conversar quatro vezes.

No momento da tréplica, a parlamentar disse que apenas três convites foram feitos e todos pela administração do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez. “O senhor tomou posse dia 9 de abril e compartilha com o público três convites, sendo que o último foi feito no dia primeiro de abril. Pelo menos faça as contas para não passar constrangimento”, afirmou.

“Eu tenho vergonha de eu estar aqui cobrando posicionamento estratégico, com respeito, e o senhor me responder com isso, que falta de maturidade”, completou ela.

A questão dos convites feitos pelo MEC para Tabata já haviam sido tema de embate entre a deputada e o ministro na sessão da semana passada no plenário.

OUÇA OS PODCASTS DE VEJA

Já ouviu o podcast “Funcionário da Semana”, que conta a trajetória de autoridades brasileiras? O primeiro episódio, no ar em 12 de abril, conta a história, os atos e as polêmicas do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Dê “play” abaixo para ouvir e confira também os outros episódios aqui.

